

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

CLAUDIA ROBERTA ZANCHIN

**OS DIVERSOS OLHARES NA CONSTRUÇÃO
DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

CLAUDIA ROBERTA ZANCHIN

**OS DIVERSOS OLHARES NA CONSTRUÇÃO
DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da *Profª Drª Myrian Veras Baptista*.

SÃO PAULO

2010

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais **Mauro e Célia**,
pelo amor, pelo carinho e olhar cuidadoso.

Ao meu irmão **Júnior**,
pela presença e alegria.

Ao meu marido **Wamberto**,
pelo amor, pela vida compartilhada, à você, todo o meu amor.

Aos **adolescentes** do Programa de Medidas,
a todos o meu carinho e agradecimento.

AGRADECIMENTOS

À Deus e seus interlocutores: Dom Bosco e Nossa Senhora Auxiliadora, pela companhia.

À Profª Drª Myrian Veras Baptista por ter me orientado e pelas horas de aprendizado ao seu lado.

Ao meu amigo Padre Agnaldo Soares Lima pela presença, aprendizado e apoio, durante todos os anos de trabalho juntos.

Aos meus amigos-educadores do Programa de Medidas, Arthur, Aline, Dani, Glá, Márcia e Cris, parceiros fiéis nas alegrias e nas tristezas.

Aos amigos-educadores do Programa de Medidas, Fer, Re, Alininha, Sirlenoca, Terissy, Robert e Dri pelo companheirismo e incentivo.

A todos os profissionais e estagiários que passaram pelo Programa de Medidas, pelas experiências e aprendizados.

Aos professores da banca de defesa, Profª Drª. Maria Lúcia Carvalho e Profª Drª Sílvia Losacco que contribuíram com seus respectivos olhares, fundamentais ao enriquecimento desta dissertação para esta versão final.

À Equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente PUC-SP pelo aprendizado compartilhado e acolhida.

À Vania M. M. Lima e Katia (ex-secretária do Programa de Serviço Social), pela ajuda, esclarecimentos e agilidade com os documentos.

Aos Professores da PUC/SP, Profª Drª Carmelita Yasbek, Profª Drª Maria Lúcia Martinelli, Profª Drª Maria Lucia Barroco, Profª Drª Maria Lucia Carvalho, Profª Drª Marta Campos e Prof. Dr. Sergio Ozella.

À Profª Drª Vera Telles – USP e Profª Drª Jacqueline Sinhoretto – UFSCar.

À Profª Drª Sueli Itman, Regina Granja, Patrícia Borba, Karine Itman e demais interlocutores que contribuíram com minhas reflexões.

À Maria Denise Pessoa, pela disponibilidade e sensibilidade na tradução deste trabalho.

Aos meus amigos, André Simões, Douglas Verdi e Mariana Paggiaro, pelo carinho e alegria.

À minha amiga Silvia Losacco, que, ao insistir em orientar meu olhar, na direção da experiência que tive com o Programa de Medidas, deu-me o impulso e a motivação para continuar.

À Helena Vanzo e Wamberto Vanzo, pelos cuidados e afetos.

À Érica Vanzo, Dani Vanzo e Vivian Ferreira, pela amizade e carinho.

Ao Wamberto, revisor, pelo olhar atento e cuidadoso à forma e ao conteúdo deste trabalho.

Aos adolescentes do Programa de Medidas, de modo especial aos que atendi, todo meu carinho.

O sonho

Sonhe com aquilo que você quer ser,
porque você possui apenas uma vida
e nela só se tem uma chance
de fazer aquilo que quer.

Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.

As pessoas mais felizes não têm as melhores coisas.
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades
que aparecem em seus caminhos.

A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem
a importância das pessoas que passaram por suas vidas.

Clarice Lispector

RESUMO

CLAUDIA ROBERTA ZANCHIN

OS DIVERSOS OLHARES NA CONSTRUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP

O presente trabalho, procura compreender as particularidades presentes no processo histórico da implementação e implantação das Medidas Socioeducativas do município de São Carlos-SP, tomando-se por base a contextualização de três diferentes espaços – o Núcleo de Atendimento Integrado, o Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e a Semi-liberdade.

Buscou-se através dos instrumentos – pesquisa documental e bibliográfica, observação de campo e entrevista semi-estruturada – responder *como incidiu o processo de implementação e implantação das medidas socioeducativas no município e qual a proposta pedagógica para o atendimento do adolescente em conflito com a lei?*

O trabalho traz uma reflexão crítica, contributiva para a socialização de ações exitosas na operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto e semi-aberto, através das teorias que aportam as ações, as atividades desencadeadas, os resultados e os impactos atingidos.

PALAVRAS CHAVE: adolescentes, medidas socioeducativas, programa de medidas, proposta pedagógica.

ABSTRACT

CLAUDIA ROBERTA ZANCHIN

THE MULTIPLE LOOKS IN SETTING UP SOCIAL-EDUCATIVE TREATMENT IN SÃO CARLOS/SP

The present study aims at comprehending the specificities in the historical process of implementation of the *Social-Educative Treatment in São Carlos-SP*, based on the context of three different sites: Núcleo de Atendimento Integrado, Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto and Semi-Liberdade - which are all institutions that provide treatment, at different freedom levels, to young offenders.

This study intended to comprehend – by means of the following instruments: documental and bibliography research, field observation and semi-structured interview - the possible effects which resulted from the process of implementation of the social-educative procedures in this city and what the pedagogical proposal for the young offenders' treatment is.

The study provides critical thinking which contribute to the socialization of successful actions of operacionalizing the outdoor and semi-outdoor social-educative procedures, based on theories which focus on the actions, activities developed, its results and impacts.

Keywords: adolescents, social-educative procedures, social-educative procedures programme, pedagogical proposal.

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Garantindo Direitos	15
1.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente – perspectiva das medidas socioeducativas	16
1.2 O SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	20
1.3 A Fundação Casa	22
2. Organizando caminhos	25
2.1 A cidade de São Carlos	26
2.1.1 O município e as perspectivas da Assistência Social	27
2.1.2 A rede de atendimentos	28
2.2 Adolescência, adolescentes e as medidas socioeducativas	29
3. Multiplicando Ações	35
3.1 O Salesianos São Carlos	35
3.2 O Sistema preventivo de Dom Bosco	39
3.2.1 O sistema preventivo como um espaço de construção de significados	41
4. Construindo a história	43
4.1 As medidas socioeducativas e o Salesianos São Carlos	44
4.2 O NAI – Núcleo de Atendimento Integrado	46
4.2.1 Organograma de funcionamento do NAI	48
4.3 A Semi-liberdade	51
4.3.1 A Casa de Convivência Lucas Perroni Júnior	52
5. Compartilhando Caminhos	55
5.1 O Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	56
5.1.1 A Proposta Pedagógica	57

5.2 O Itinerário Pedagógico	60
5.2.1 Os módulos do itinerário Pedagógico	61
5.2.2 Atividades desenvolvidas	65
5.3 A especificidade de cada medida	66
5.3.1 Prestação de Serviços à Comunidade	66
5.3.2 Liberdade Assistida	69
5.3.3 O que é comum entre as medidas em meio aberto	70
6. Assumindo Desafios	71
7. Continuando a caminhada	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXO	79
GLOSSÁRIO	80

Introdução

Se podes olhar, vê. E se podes ver, repara.

José Saramago

Na atuação como orientador de medidas, no Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto, vivencia-se diversas histórias... histórias de atendimentos, de famílias inteiras, da equipe, de quem chega para conhecer e de quem chega para estudar.

Após a instalação do NAI em março de 2001, visitas de diferentes cidades, Estados e países chegavam para conhecer os programas de atendimento do município. Os momentos de atenção às visitas caracterizavam-se num importante espaço de troca, permeado por diversas perguntas e afirmações da importância e destaque que os Programas tinham no cenário nacional.

A busca pela fórmula mágica era constante... A resposta diante desta pergunta era unânime – não existe fórmula mágica, é preciso apenas efetivar as leis do ECA, adequando-as a necessidade de cada município.

A partir das inquietações vivenciadas ao longo dos anos, como orientador de medidas, propõem-se aqui, desvelar as particularidades do processo histórico das medidas, buscando-se responder à questão - como incidiu o processo de implementação e implantação das medidas socioeducativas no município e qual a proposta pedagógica para o atendimento do adolescente em conflito com a lei?

Uma cena reflete a importância das medidas em meio aberto e traz dentro dela o início da construção do NAI e Semi-liberdade. Em 2003, após três anos da implantação do NAI e da semi-liberdade, a equipe do Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, inscreveu-se para relatar suas experiências -

medidas socioeducativas em meio aberto, semi-liberdade e o NAI - no Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Em uma sala da PUC/RS estavam educadores de diferentes Estados do Brasil que aguardavam a apresentação dos relatos de experiência da equipe de São Carlos e da pesquisa do NCA/PUC-SP. Iniciou-se com o relato da experiência da coordenadora do Programa de Medidas Socioeducativas – Glaziela C. S. Marques, falando da atuação no atendimento das medidas em meio aberto; seguida pela apresentação da Profa. Silvia Losacco, membro do NCA.

Na plateia, além dos educadores havia um jovem¹ que, ao saber que os educadores do Programa de Medidas participariam do Fórum, prontificou-se a acompanhá-los pelas ruas gaúchas e, naquela ocasião, aceitou assistir a apresentação.

Logo nos primeiros minutos da apresentação do NCA, que mostrou cenas da rebelião da Febem - Unidade Imigrantes, percebeu-se que os sentimentos da plateia estavam à flor da pele... o jovem, logo na aparição das primeiras cenas, mostrou-se assustado, e os educadores com olhos atentos, aguardavam a primeira oportunidade para comentar sobre a exposição.

Finalizado o filme, iniciou-se a apresentação da professora, para posteriormente abrir a fala aos educadores que ali estavam. As falas eram recheadas de experiências diversas; de educadores contra o sistema de internação postulado e de outros mostrando-se satisfeitos com o modelo correccional-repressivo.

Em uma das falas, o coordenador de uma unidade de internação do Estado do Paraná, relatou sua satisfação com o modelo. Sua crença de que estavam no caminho correto e que as falas, tanto da coordenadora, quanto da professora, eram equivocadas, somente para explorar a comoção das pessoas que ali estavam.

¹ O jovem que mencionado esteve internado na Unidade Imigrantes/FEBEM em 1999. Após progressão de medida, foi atendido pelo Programa de Medidas Socioeducativas para o cumprimento de Liberdade Assistida. Na ocasião do Fórum Social, o jovem, já maior de idade, residia na cidade de Porto Alegre/RS com a avó paterna.

O jovem que até então estava quieto e assustado, levantou-se e pediu para falar. Após o consentimento, iniciou suas palavras: *Me desculpe, mas acredito que o senhor esteja equivocado com suas palavras. As falas da Gla e da professora são verdadeiras. Tão verdadeiras que eu estou aqui hoje assistindo a esse debate, porque no dia em que aconteceu a rebelião em São Paulo, eu estava lá. Sim, eu era um dos internos, nesse mesmo dia o Padre e o Dr. João apareceram lá. Quando voltei para São Carlos, fui cumprir LA, quem me atendeu foi o Alex, foi a LA que me ajudou.*

O coordenador da Unidade levanta-se e diz: *Mas você não tem nenhuma marca, não dá para crer que passou por tudo isso.* O jovem responde: *Sim, não tenho nenhuma marca física, as minhas marcas estão na alma, essas o senhor não pode ver.*

Com a recordação desse momento, apresenta-se aqui um caminho para compreensão da construção da história das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade – PSC, liberdade assistida – LA e de semi-liberdade, executada pelo Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Semi-Aberto do Salesianos São Carlos, do município de São Carlos, além da implantação do NAI.

Como apoio referencial para o conhecimento e análise da implantação das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semi-liberdade no município, será feito um levantamento de seu sentido, expresso na legislação (ECA), em documentos que sistematizam sua execução em nível nacional (SINASE), estadual (Fundação CASA) e local-institucional (Itinerário pedagógico dos salesianos de São Carlos).

Propondo-se desvelar e compreender a diversidade e multiplicidade de olhares e de significações que caracterizam a subjetividade interpretativa da implantação, implementação e operação das medidas socioeducativas através dos atores sociais que compõem este cenário.

1. Garantindo Direitos

A partir da promulgação da Constituição de 1988, a doutrina da proteção integral foi introduzida no Brasil. Assim, ao adotá-la, em seu artigo 227, a Carta Magna rompeu definitivamente com a doutrina da situação irregular, que havia sido adotada pelo Código de Menores de 1979.

A doutrina da proteção integral é defendida em diferentes documentos organizados pela ONU: o documento adotado em Assembléia Geral na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de novembro de 1989; as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude Regras de Beijing, de novembro de 1985; as Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, de dezembro de 1988; e as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil - Diretrizes de Riad, de março de 1990.

A proteção integral de que tratam esses documentos é baseada nos direitos próprios e especiais de crianças e adolescentes que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção especial. Ela é constituída a partir do entendimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e não simples objeto de intervenção do mundo adulto.

A grande revolução trazida pelas novas normas legais brasileira foi a substituição da doutrina da situação irregular (Lei 6697/79) por um novo paradigma: a doutrina da proteção integral. Foi em 13 de julho de 1990, por meio da Lei nº 8.069, que nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa lei mudou a perspectiva sob a qual eram vistas as crianças e adolescentes, definindo-os como cidadãos de direitos, sujeitos à proteção diferenciada, especializada e integral.

Em outras palavras, o ECA, descentraliza e municipaliza as ações administrativas, desburocratizando as políticas públicas voltadas para a criança e para o adolescente no Brasil. Promove o controle social, fiscaliza suas próprias implementações nos municípios através de representantes locais e envolve a sociedade na gestão dos recursos públicos.

O ECA é resultado de um movimento social que ganhou força contra o sistema punitivo do Código de Menores, substituindo o castigo pela educação e pelos direitos humanos.

1.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente – perspectiva das medidas socioeducativas

*“...Eu acho que
tenho certeza daquilo que eu quero agora
daquilo que mando embora
daquilo que me demora
eu acho que tenho certeza daquilo que me conforma
daquilo que quero entender
e não acomodar com o que incomoda...”*

O Teatro Mágico

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas socioeducativas a serem atribuídas a adolescentes que tenham cometido atos considerados infracionais. Estas medidas estão dispostas no artigo 112, incisos I a VI: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; e internação em estabelecimento educacional. Além destas medidas, em função do art.112, inciso VII, do ECA poderão ser aplicadas a esses adolescentes as medidas protetivas previstas no artigo 101, nos incisos de I a VI.

As medidas previstas serão atribuídas aos adolescentes, pela autoridade competente, após verificada a prática de ato infracional. Assim, o ECA aponta e descreve as seis medidas socioeducativas a serem aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, a saber:

- **Advertência** – artigo 115 – *A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.*

- **Reparação do dano** – artigo 116 – *Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma compense o prejuízo da vítima. Parágrafo único: Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.*

- **Prestação de Serviços à Comunidade** – artigo 117 – *A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único: As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho.*

- **Liberdade Assistida** – artigo 118 – *A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II - supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV - apresentar relatório do caso.*

- **Semi-liberdade** – artigo 120 – *O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. § 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º A medida*

não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

- **Internação** – artigo 121 - *A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. § 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário. § 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. § 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos. § 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida. § 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade. § 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.*

As medidas socioeducativas são aplicáveis a adolescentes, menores de dezoito anos. Nessa faixa etária eles são penalmente inimputáveis, ou seja, não podem ser responsabilizados penalmente, ainda que, depois do devido processo, tenha sido considerado responsável pelo cometimento de um ato infracional¹.

Tais medidas são aplicadas de acordo com as características da infração cometida e a capacidade do adolescente em cumpri-las, as circunstâncias sócio-familiares e a disponibilidade de serviços existentes. O Poder Judiciário aplica a medida socioeducativa a partir de sua visão. Algumas vezes o julgamento é baseado pela ótica da infração cometida, desconsiderando nesse caso o contexto do adolescente, seus valores, seus desejos.

Ao prever medidas socioeducativas aos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, o ECA os responsabiliza pelos seus atos por meio da execução de ações sociopedagógicas. A razão que justifica tais ações é o

¹ Ato infracional é toda conduta praticada por criança ou adolescente, definida como crime ou contravenção pelo Código Penal Brasileiro. Para a configuração do ato infracional é necessária a presença de indícios suficientes da autoria e materialidade do fato. Esta é a única relação existente entre o Direito da Criança e do Adolescente e o Direito Penal. O Direito Penal apenas nos dá os tipos penais que são considerados crimes ou contravenções, pois a forma de responsabilização pela prática do ato infracional é exclusiva das normativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Veronse, 1(1): 29-46, 2009).

entendimento, pelo conjunto da sociedade, de que esses jovens são pessoas que estão em um momento especial de suas vidas: estão em processo de desenvolvimento (Passamani & Rosa, 2009).

Essas medidas socioeducativas se dividem em dois grupos diferenciados. No primeiro grupo, incluem-se aquelas não-privativas de liberdade (advertência, reparação de dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida). Num segundo grupo, estão aquelas cuja execução se faz com a submissão do adolescente autor de ato infracional, à privação de liberdade (semi-liberdade e internação)².

Losacco (2004) ao analisar 'medida' como categoria histórica, assim se expressa:

Como processo sócio-histórico da humanidade, a **medida** é o eixo principal contido nas regras, nas normas, e nas leis. Manifestadas por meio de discursos e teorias, são concretizadas nas múltiplas e diversificadas atitudes relacionais vividas no processo de socialização. Conseqüentemente, as formas de comportamento estão diretamente relacionadas à "inter-ação" social, e esta, por sua vez, à qualidade de absorção dos valores sociais que irão compor estas regras, normas e leis.

Volpi (1997) analisa que as medidas socioeducativas comportam aspectos de natureza punitiva, já que são coercitivas, não cabendo aos infratores aceitá-las ou não. Comportam também aspectos socioeducativos, na perspectiva da proteção integral, devendo oportunizar o acesso à formação e à informação. Além disso, os regimes socioeducativos devem criar condições que garantam o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão. Devem também garantir-lhe o acesso à formação de valores positivos de participação na vida social.

² João Batista Costa Saraiva é Juiz da Infância e Juventude/RS e Professor de Direito da Criança e Adolescente na Escola Superior da Magistratura/RS.

A operacionalização das medidas socioeducativas deve prever obrigatoriamente o envolvimento familiar e comunitário, mesmo no caso da privação de liberdade. Deve ainda avaliar a possibilidade de aproveitamento de condições favoráveis que possibilitem ao adolescente infrator a realização de atividades externas à instituição³.

Em face dos princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Constituição Federal (CF), é dever dos órgãos competentes, zelar para que seja assegurado ao adolescente em conflito com a lei o direito à convivência familiar e comunitária.

A Constituição Federal estabelece que a “família é à base da sociedade” (Art. 226) e que, portanto, compete a ela, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e as comunidades, “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais”.

Nesse destaque, como primeira aproximação, analisa-se a ênfase dada pelas Leis, por considerar que é importante compreendê-las, procurando apreender o sentido, o modo como estão organizadas para investigar a operação em termos objetivos de socioeducação.

1.2 O SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

“Quando nada parece dar certo, vou ver o cortador de pedras martelando sua rocha talvez 100 vezes, sem que uma única rachadura apareça. Mas na centésima primeira martelada a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela que conseguiu isso, mas todas as que vieram antes”.

Jacob Riis

No ano de 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sistematizaram e apresentaram a proposta de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –

³ Trecho referente ao artigo: “Para não ser bandido”: adolescentes em conflito com a lei e trabalho de Olga Maria Pimentel Jacobina e Liana Fortunato Costa.

SINASE. Um documento que visa promover uma ação educativa no atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa, sejam aquelas em meio aberto ou as restritivas de liberdade⁴.

O fortalecimento do ECA deu-se a partir do SINASE - ao determinar diretrizes claras e específicas para a execução das medidas socioeducativas por parte das instituições e dos profissionais que atuam nessa área. Tais determinações evitam interpretações equivocadas de artigos do Estatuto que trazem informações, às vezes, pouco aprofundadas sobre a operacionalização dessas medidas.

Fruto de uma construção coletiva, o SINASE envolveu diversos seguimentos do governo, representantes de entidades de atendimento, especialistas na área e membros da sociedade civil. Estas pessoas e instituições promoveram intensos debates com a finalidade de construir parâmetros mais objetivos para o atendimento do adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma política pública que verdadeiramente procura atender aos preceitos pedagógicos das medidas socioeducativas conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

“O Sinase visa a tornar mais explícitas algumas lacunas do ECA, especialmente na área de medidas socioeducativas. A opinião pública, mobilizada pela cultura do medo, nem sempre favorece que os gestores públicos adotem as medidas mais adequadas”⁵.

O sistema que organiza as competências e responsabilidades da União, dos Estados e dos municípios, prioriza as medidas em meio aberto - de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida – e afirma a necessidade de maior investimento nelas. Essas medidas, que devem ser aplicadas pelas

⁴ Estas instituições, em novembro de 2004 promoveram um amplo diálogo nacional com aproximadamente 160 atores do Sistema de Garantia de Direitos, que durante três dias discutiram, aprofundaram e contribuíram de forma imperativa na construção deste documento (SINASE), que se constituirá em um guia na implementação das medidas sócio-educativas (Veronse, 1(1): 29-46, 2009)

⁵ Avalia a sub-secretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SEDH, Carmen de Oliveira - www.cedecainter.org.br/portal/news

prefeituras, apresentam melhores resultados, como a diminuição da reincidência, permitindo que o jovem continue convivendo com a família e a comunidade, além de apresentarem custos bem menores que os de internação.

Os estudos apontam que os melhores resultados da aplicação das medidas socioeducativas estão nas medidas em meio aberto. Além do menor custo e da diminuição da reincidência, o adolescente pode continuar convivendo com a família e a comunidade, o que contribui para redirecionar à sua sociabilidade.

As medidas socioeducativas devem ser consideradas, na perspectiva de uma ação pedagógica, privilégios na descoberta de novas potencialidades, direcionando construtivamente o futuro do adolescente, dando importância e fortalecendo as medidas operadas em meio aberto, em detrimento das medidas privativas de liberdade.

1.3 A Fundação Casa

O “sonho” dos que hoje negam à prática educativa qualquer relação com sonhos e utopias, como o sonho da autonomia do ser, que implica a assunção de sua responsabilidade social e política, o sonho da reinvenção constante do mundo, o sonho da libertação, portanto o sonho de uma sociedade menos feia, menos malvada, é o sonho da adaptação silenciosa dos seres humanos a uma realidade considerada intocável.

(Paulo Freire)

A Fundação CASA⁶ é responsável pela operação das medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semi-liberdade a adolescentes em todo o Estado de São Paulo. Estas medidas são aplicadas pelo Poder Judiciário, de acordo com o ato infracional cometido. Tendo assumido como

⁶ A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) é uma instituição ligada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Tem como missão primordial aplicar em todo o Estado as diretrizes e as normas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), promovendo estudos e planejando soluções direcionadas ao atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, na faixa de 12 a 21 anos. www.casa.sp.org.br

diretriz operacional a descentralização, a Fundação CASA quer não apenas melhorar o atendimento aos adolescentes, como desativar gradualmente os grandes complexos de internação que marcaram a política da antiga FEBEM.

A descentralização, feita pelo Estado nas unidades da Fundação Casa, vem organizando unidades menores e mais próximas das famílias, porém, a cultura correcional, que persiste no tratamento do adolescente em conflito com a lei, ainda não conseguiu ser superada.

Toda a situação de violência se perpetua em razão da própria interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os próprios operadores do sistema fazem uma leitura equivocada de que o estatuto não é adequado para tratar dos adolescentes infratores. A lei não é bem recebida pelos operadores⁷

A regionalização do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, a priorização das medidas em meio aberto com implementação do SINASE, a capacitação continuada dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos e a criação de Varas Especializadas na Infância e Juventude em cada Comarca e respectivas Defensorias Públicas e Promotorias de Justiça, não são mais recomendações. São deliberações, conforme afirma Carmen de Oliveira, subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Os especialistas são unânimes em dizer que os adolescentes tendem a apresentar menos problemas de violência quando em unidades menores, devido à infraestrutura bem cuidada e individualidade respeitada. Na avaliação da advogada Marcela Vieira, da Conectas Direitos Humanos, houve mudanças - o número de agressões e de mortes diminuiu. Há quatro anos era cerca de uma morte por mês na

⁷ Karyna Sposato é advogada e consultora da Unicef, o trecho citado é parte integrante da matéria de Justiça da infância e da juventude - Fonte: O Estado de São Paulo, 21/01/2010.

então FEBEM-SP. No ano passado, segundo levantamento com base em notícias de jornais, foram cinco mortes nas unidades⁸.

O que se constata é que a Fundação Casa, (ex-FEBEM), executora da medida socioeducativa de internação no Estado de São Paulo, tem-se mostrado, no decorrer dos anos, incapaz de promover o desenvolvimento educacional dos adolescentes nela confinados. Esta incapacidade não se dá de forma gratuita, mas permeada por dois fatores significativos: 1) deficiência na estrutura funcional que, mesmo descentralizada, ainda tem um quadro de pessoal-gerencial tecnicamente desqualificado para executar as políticas e os planos de ação pedagógica e 2) práticas institucionais caracterizadas pela contenção, opressão e punição.

⁸ Matéria do jornal O Estado de São Paulo (SP), Julia Duailibi – 21/01/2010, texto extraído do site www.promenino.org.br

2. Organizando caminhos

“...Disse a flor para o pequeno príncipe: é preciso que eu suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas...”.

Antoine de Saint-Exupéry.



Adolescente no Projeto Expressarte

Como as boas experiências são pouco relatadas, há a necessidade de debates diversificados e de socialização de ações exitosas. Esta Dissertação de

Mestrado está voltada para esse debate e essa socialização no que diz respeito à operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto e semi-liberdade.

Algumas instituições têm conseguido operar as medidas socioeducativas em meio aberto na égide da garantia de direitos. Este é o caso da experiência de trabalho desenvolvida pelos Salesianos São Carlos, junto ao programa de Medidas Socioeducativas e de sua interferência e apoio na elaboração e na implantação do NAI – Núcleo de Atendimento Integrado. Estas ações foram, no período de 1999 a 2009, referência nacional.

2.1 A cidade de São Carlos

Em 2000, o município de São Carlos contava com uma população de 192.923 habitantes sendo que, na área urbana, haviam 183.469 habitantes e 9.453 na área rural. Entretanto, essa população, que teve seus dados atualizados pela Prefeitura Municipal com base nas instalações de luz e projeções da composição média familiar, passou a ser considerada de, aproximadamente, 220.425 habitantes. Por sustentar um amplo desenvolvimento, a cidade apresenta um elevado índice de migração de trabalhadores e estudantes. Vinte mil destes são moradores temporários advindos de outras cidades, estados e países.

A taxa de crescimento demográfico é de 2,4% ao ano, com base no SEADE, IDH 0,841 – Pnud 2000. A população infanto-juvenil tem um crescimento em torno de 33%⁹.

A cidade de São Carlos é um importante centro regional com a economia fundamentada em atividades industriais e agropecuárias. É marcada pela presença de dois campi, um da Universidade de São Paulo (USP) e outro da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), além de outras duas instituições de ensino superior particulares, o Centro Universitário Central Paulista (UNICEP) e as Faculdades Integradas de São Carlos (FADISC) que tornam intensas as atividades

⁹ Dados obtidos no site da Prefeitura Municipal de São Carlos – www.saocarlos.sp.gov.br.

universitárias no município. No campo de pesquisas, além das universidades, estão presentes dois centros de desenvolvimento técnico da Embrapa.

Servida pelos sistemas, rodoviário e ferroviário, São Carlos conta com unidades de produção de algumas empresas multinacionais e outras de empresas nacionais, fazendo da cidade um importante pólo tecnológico, educacional e científico.

2.1.1 O município e as perspectivas da Assistência Social

A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social implementou a política de cidadania e assistência social do município voltada ao atendimento dos interesses sociais e aspirações da população em situação de risco social, visando o combate à pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências e a universalização dos direitos sociais.

Em 2005, a partir de orientações fornecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), deu-se o início à implantação de quatro CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) no município de São Carlos, processo esse facilitado pelas ações que a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social há tempo desenvolvia.

Hoje, a Política Municipal de Assistência Social está descentralizada em cinco regiões, acompanhando a delimitação territorial da Secretaria Municipal de Saúde. Os Centros Comunitários existentes em cada região passaram a ser unidades de apoio de cada unidade do CRAS.

Atualmente, as diversas ações desenvolvidas nos CRAS e nos Centros Comunitários atendem por mês cerca de cinco mil pessoas em diversas ações: culturais, capacitação profissional e inserção produtiva, atendimento integral à família, programas de transferência de renda, de esporte, de lazer e de saúde.

O Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto é supervisionado¹⁰ pelo CREAS conforme a proposta de municipalização das medidas socioeducativas norteadas pelo Sinase. O processo de trabalho integrado e articulação buscam, com esses serviços, a manutenção dos adolescentes em seu território e o cuidado nos serviços de atenção básica.

2.1.2 A rede de atendimentos

No município de São Carlos a rede de atendimentos da criança e do adolescente é formada por todos os órgãos públicos e privados que se dedicam a essa área.

Esta rede é composta pelas secretarias de cidadania e assistência social, educação e cultura, esporte e lazer, saúde e pela secretaria especial de infância e juventude, além das creches municipais e conveniadas, entidades de complementação escolar e profissionalizante, conselhos municipais (Tutelar e CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), Vara da Infância e Juventude, Ministério Público - com a Promotoria da Infância e Juventude - e a Segurança Pública (Polícias Militar e Civil).

Após a implantação da Recriad¹¹ – Rede de Atendimento da Criança e do Adolescente, a rede tornou-se fortalecida. Organizou canais de comunicação,

¹⁰ Trecho do documento: *Informativo Técnico – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social*. No ano de 2006 norteadas pelo SINASE, a Fundação CASA desencadeou um processo de aprofundamento, entendimento e apropriação dos ditames desse sistema, para implantar e implementar no Estado de São Paulo, a municipalização das Medidas em Meio Aberto. Dando continuidade ao processo de municipalização nos anos de 2007/2008, outras Prefeituras foram assumindo a gestão das medidas socioeducativas em meio aberto, culminando com as discussões do SUAS, que se desenvolviam nos municípios, ficando pactuado de acordo com cada realidade, execuções de forma direta ou indireta. Em cumprimento ao estabelecido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que preceitua as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – PSC/LA, como serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, a serem desenvolvidos no âmbito dos municípios, preferencialmente pelos CREAS. www.mp.sp.gov.br/boletim

¹¹ É um sistema de interligação de todos os Programas e Projetos de Atenção e de Proteção à criança e ao adolescente e seus órgãos gestores, visando a garantia dos direitos da infância e juventude no Município de São Carlos.

participação e aproximou parceiros para o conhecimento mútuo através de formações, seminários e palestras.

2.2 Adolescência, adolescentes e as medidas socioeducativas

“...Hoje não quero estudar, vou fugir para algum lugar, vou andar sem saber pra onde, vou deixar o vento me levar, esquecer um pouco dos meu pais, me sinto tão sozinho, ninguém me compreende...”

B5 - Retratos da Adolescência

A palavra ‘adolescência’ tem sua origem etimológica no Latim “ad” para + olescere - crescer. Portanto, crescer é o que espera para algo que vem adollescere, passando por um processo de desenvolvimento onde o adolescente enfrenta uma etapa marcada pelas diversas mudanças, esperando o que está por vir¹².

Para falar de adolescência, nos baseamos nas determinações legais estabelecidas pelo ECA. Define como adolescente o sujeito entre 12 e 18 anos; e a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹³ que compreende a adolescência do ponto de vista cronológico, como:

Faixa etária entre 10 e 19 anos, definida como sendo o período da vida em que: o indivíduo passa do aparecimento das características sexuais secundárias à maturidade sexual; os padrões psicológicos e a identificação do indivíduo evoluem da fase infantil para a fase adulta; ocorre a transição do estado de total dependência socioeconômica para o de relativa independência.

A adolescência, na perspectiva do critério físico, abrange as modificações anatômicas e fisiológicas que transformam a infância - período de crescimento e

¹² PEREIRA, E. D. - Adolescência: um jeito de fazer - *Revista da UFG, Vol. 6, No. 1, jun 2004*

¹³ O Segundo sua constituição, a OMS tem por objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. A saúde sendo definida nesse mesmo documento como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade. O Brasil tem participação fundamental na história da Organização Mundial da Saúde, criada pela ONU para elevar os padrões mundiais de saúde. A proposta de criação da OMS foi de autoria dos delegados do Brasil, que propuseram o estabelecimento de um "organismo internacional de saúde pública de alcance mundial". Desde então, Brasil e a OMS desenvolvem intensa cooperação. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento até a adolescência. Portanto, a adolescência é uma conseqüência natural do desenvolvimento humano, um evento físico com limites de início e término definidos.

Essa transição de criança para adolescente se dá a partir do hipotálamo, uma pequena região do cérebro, que começa a produzir substâncias que ativam a glândula pituitária que, por sua vez, envia hormônios estimulantes aos ovários da mulher e aos testículos do homem, iniciando a produção e liberação dos óvulos e espermatozóides.

É também época da vida onde as mudanças hormonais podem contribuir para comportamentos mais agressivos, contestadores, tanto físicos quanto emocionais, uma busca de si mesmo e de sua identidade.

Segundo o ponto de vista psicológico, a adolescência tem relação com o tempo vivido em sua dimensão social - descobertas, ensaios, expectativas e anseios próprios deste momento, levam a inquietações, buscas e atitudes bastante interessantes e, inúmeras vezes, surpreendentes. Neste processo, o adolescente depara-se com muitas definições e escolhas a serem feitas e que dependem de princípios e valores familiares enraizados e compreendidos por ele para que possa optar de forma consciente e segura. O adolescente passa por um processo de construção de sua auto-imagem, que vai se fortalecer e modificar ao longo da vida adulta.

Maria Lúcia Miranda Afonso¹⁴, em sua tese de doutoramento – *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*, aponta que o adolescente recorre à busca de uniformidade, seguindo regras e comportamentos de grupo – construção da identidade. O grupo constitui um meio para que efetue a transição do mundo infantil para o mundo adulto, facilitando assim, a vivência de diferentes cenas e personagens, que o jovem experimenta ao ter de elaborar a perda do corpo e dos papéis infantis e construir nova imagem de si na vivência de papéis adultos.

¹⁴ Maria Lúcia Miranda Afonso é psicóloga e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Padre Agnaldo Soares Lima, afirma que o adolescente que não teve uma base familiar que lhe ofereça uma presença afetiva forte, com estabelecimento de limites e regras de boa convivência;

Muitas vezes encontra-se abandonado pela família ou descuidado pelos pais (independente de classe social) que se mostram despreparados para cuidar da formação dos filhos e que, por ignorância ou por razões de acúmulo de trabalho, não conseguem oferecer afeto (abraço, beijo, diálogo, motivação, acompanhamento escolar, tempo para lazer e diversão juntos...) e nem estabelecer regras e limites (“não vai”, “não tem”, “não pode”, “não precisa”...). Neste contexto a transmissão de valores morais e religiosos também termina por acontecer de forma tímida, muito tênue.

Hérran (1997) nos faz uma pergunta bastante instigadora: “A quem nos referimos quando falamos de adolescência, falamos todos da mesma coisa?”. Segundo o autor, há uma coincidência na maioria dos outros autores quando determinam que vários elementos explicam o comportamento adolescente.

Para Losacco (2004a), o adolescente é um viajante que deixou um lugar e ainda não chegou ao lugar seguinte. Vive um intervalo entre liberdades anteriores e novas liberdades e responsabilidades/compromissos anteriores e subseqüentes, vive uma última hesitação antes dos sérios compromissos da fase adulta. Período de contradição, confuso, ambivalente e muitas vezes doloroso. Às vezes, refugiam-se em seu mundo interno e, através do jogo da vivência das situações fantasiosas, preparam-se para a realidade.¹⁵

Procura-se compreender a adolescência como uma fase de transformação em que o ser criança vai lentamente dando espaço para o ser adolescente. Uma fase do desenvolvimento, que deve refletir as expectativas da sociedade sobre as características deste grupo. A adolescência, portanto, é um papel social. E esse papel social de adolescente, acompanha o processo da adolescência. Segundo Ozella:

¹⁵ Sílvia Losacco: Tese de doutoramento: *Métrons e Medidas - caminhos para o enfrentamento das questões da infração do adolescente*

“entender a adolescência como constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas dos grupos sociais e olhar e compreender suas características que vão se constituindo no processo” (2003: 20).

Hérran (1997a) traz ainda uma contribuição importante para a compreensão da adolescência quando diz que “a imagem do adolescente é definida por suas relações sociais”¹⁶.

Portanto, o adolescente, definido por suas relações sociais, é aquele que vincula pessoas a outras, O equilíbrio dessas interações vai determinar a qualidade das relações sociais e afetivas do adolescente com os pontos de sua rede (família, escola, amigos, trabalho, dentre outros).

A experiência na direção das medidas socioeducativas em meio aberto e semi-aberto possibilitou, ao Padre Agnaldo, estudar os fenômenos e relacionar o adolescente em conflito com a lei ao consumismo, à escola, à sociedade e ao mundo do crime.

- As perspectivas de uma melhora econômica ou de acúmulo de coisas materiais, tão cobiçadas e tão exaltadas pela sociedade de consumo, parece algo inatingível.
- A condição de aluno numa escola sem nenhum atrativo faz com que a desmotivação se associe com brincadeiras e outras formas de perturbação da ordem. Isto o torna indesejável para a escola, que ao invés de envolvê-lo e tirá-lo da ignorância passa a buscar formas de afastá-lo e excluí-lo.
- Há ainda o preconceito presente de um modo geral na sociedade, que fecha inúmeras portas ao jovem, sobremaneira a do trabalho: a cor, o modo de vestir-se, o bairro onde mora, a tatuagem.
- Se esta é a condição do jovem na nossa dita “sociedade do bem”, muito diferente é a forma como se dá a sua aproximação com a “sociedade do crime”. Se a família não oferece o cuidado e a atenção necessários, a escola exclui, a sociedade discrimina e não oferece oportunidades, a referência de valores não é construída e ao jovem resta um sentimento de

¹⁶ Trecho extraído do texto: Aportaciones VII Congreso INFAD: Adolescencia” Tercera ponencia “Adolescencia: Dimension Afectivo-emocional” Cunado hablamos de adolescência, hablamos todos de lo mismo? de José Ignacio Moraza Hérran.

infelicidade, baixa auto-estima, fracasso, humilhação e derrota. Aí está assentado o campo ideal para o seu envolvimento com as drogas e, conseqüentemente, para o envolvimento com o mundo da criminalidade.

- No mundo do crime o jovem encontra: reconhecimento (após entregar a droga ele é “o cara”); valorização (ele é bem acolhido e bem tratado); sucesso (se ele fracassou na escola ele pode ter êxito na prática do delito); espaço de poder (com uma arma na mão ele se sente poderoso e temido); respeito (quanto mais delitos praticados, mais será respeitado), status (mesmo dentro de um Instituto de Internação ou de uma penitenciária o jovem terá o status e o tratamento diferenciado pela sua trajetória criminal).

Nessa perspectiva, Zaluar aponta, ao integrarem-se ao mundo do crime através do tráfico de drogas e armas, os jovens tornam-se;

“...As principais vítimas dos crimes violentos, principalmente os pobres, por causa da cadeia de vinganças pessoais de que são prisioneiros, especialmente cruel entre os traficantes de drogas...” (Zaluar, 2004, p. 34).

Afinal, quem são os adolescentes em conflito com a lei? São diferentes dos outros adolescentes?

“São os adolescentes da cidade, são os meninos que estão por aí... não tem nada que os diferencie, mesmo se o olharmos em um grupo com outros adolescentes, não há marcas, não há diferenças. Temos apenas que tomar cuidado para não colocarmos a marca. São adolescentes que têm histórias, que têm vínculos na escola e na família, têm participações na comunidade, mas que teve um rompimento com esses vínculos, ocasionando a infração¹⁷”.

Padre Agnaldo traz uma contribuição importante que fundamenta a importância do trabalho socioeducativo em meio aberto e o semi-aberto:

O adolescente autor de ato infracional tratado nas condições oferecidas aos criminosos adultos - num ambiente policial e de cadeia - tende naturalmente a assumir o comportamento de "bandido". Tratado ao invés por educadores e num ambiente

¹⁷ Trecho da entrevista com a coordenadora do Programa de Medidas Glaziela C. S. Marques.

educativo (limpo, espaçoso, digno) mostra com muito mais facilidade o seu lado adolescente: bom, de medo, de insegurança. Por isso, permite maior facilidade para um trabalho de orientação e acompanhamento.

A experiência na relação orientador-adolescente permite afirmar que os adolescentes em conflito com a lei são adolescentes como os outros, que têm medos, inseguranças, problemas na escola, que namoram, que brigam, que às vezes são chatos e pegajosos... mas que, por um motivo muito particular, transgrediram¹⁸, gerando o conflito com a lei. É uma concepção simples, porém, é o reflexo da vivência com esse adolescente, da relação constituída entre educador e educando... da relação da presença em sua vida durante o cumprimento da medida.

É interessante trazer aqui a relação educador-educando, pois, mesmo sendo estabelecida durante o cumprimento da medida, torna-se referência para muitos por anos e anos. Há casos em que ex-orientandos trazem álbum de fotos de seus filhos, informam sobre o seu primeiro emprego e, até mesmo, sobre o recebimento do primeiro salário. Essa relação é uma referência que ficará para a sua vida inteira!

Independente de uma posição formal a respeito da adolescência, a vivência do cotidiano ensina o tempo todo. Isso é até clichê! Mas o aprendizado não é igual a todos. Mesmo quando dois adolescentes vivem uma mesma situação, o aprendizado para cada um é diferente, pois suas vivências são diferentes. Tais vivências são diferentes porque são pessoas com personalidades e estruturas psíquicas particulares e experiências de vida diversas. O contexto em que cada um se encontra também deve ser considerado, pois sua rede de relações pode estar mais, ou menos aberta, mais, ou menos fragilizada, mais, ou menos ativa.

¹⁸ Sílvia Losacco, em sua tese de doutoramento: *Métrons e Medidas - caminhos para o enfrentamento das questões da infração do adolescente*, refere: A transgressão é a maneira mais utilizada de fazer valer e experimentar novas formas de pensar e estabelecer um novo modo de agir. Próprias desta faixa etária, requerem daqueles que são responsáveis por eles (família, instituições, organizações e Estado), por um lado, um olhar que conjugue o todo e o particular e, por outro, ações que sejam continentais para os conteúdos advindos das inquietações e das necessidades deste sujeito no contexto contemporâneo (Losacco: 2004:18).

3. Multiplicando Ações



Dança de roda

3.1 O Salesianos São Carlos

“Basta que seiais jovens para que eu vos ame”.

Dom Bosco

Em 15 de agosto de 1946, reuniu-se um grupo de pessoas de São Carlos com a finalidade de tratar sobre a fundação de um orfanato, sob orientação católica da Diocese de São Carlos, que na época tinha à sua frente o bispo diocesano D. Ruy Serra.

Chamada inicialmente de "Associação de Amigos de Vila Nery", a obra tinha como finalidade prestar assistência ao menor carente, do sexo masculino, desde recém-nascido até os 18 anos. A nova obra foi inaugurada solenemente, no dia 16 de outubro de 1949, recebendo os 20 primeiros meninos. Posteriormente, já denominada Salesianos São Carlos, a instituição foi oferecida para a Congregação Salesiana. No dia 2 de agosto de 1977, chegava o padre Manoel Leonardo, o primeiro salesiano a assumir sua gestão¹⁹.

A instituição Salesianos São Carlos tem por finalidade a educação e a assistência social por meio da promoção da infância, da adolescência, da juventude

¹⁹ Informações obtidas através do site dos Salesianos São Carlos – www.salesianosscc.org.br

e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A obra salesiana, baseada nos ensinamentos de Dom Bosco e do ECA, implantou programas socioeducativos para atender crianças, adolescentes e jovens. A seguir os programas de atendimento:

- Programa de complementação escolar: PROVIM e PROVIM Dom Luciano Mendes, que atende anualmente cerca de 500 crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos, no período alternativo à escola.

Atuação do Provim:

- Ações complementares à escola;
- Atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
- Oferta de atividades culturais, esportivas, lúdicas, recreativas e formativas;
- Complementação a educação alimentar;
- Orientação e formação para os cuidados da saúde;
- Prevenção à violência doméstica;
- Prevenção ao uso de substâncias químicas, lícitas e ilícitas.

- Lar Juvenil São Domingo Sávio Araraquara: extensão da Obra de São Carlos na vizinha cidade de Araraquara, o Lar Juvenil atende 100 crianças e adolescentes.

- Projeto Nosso Amigo: atende cerca de 200 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social - acolhendo, orientando e incentivando o resgate de suas histórias de vida, identidade e cidadania.

- Pró Jovem: atende jovens de 15 a 17 anos, das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de Programas e de Serviços de Proteção Social Especial.

- Centro Profissional Dom Bosco – CPDB: atende adolescentes de 12 a 18 anos que freqüentam a escola, recebem cursos de iniciação profissional, de marcenaria, de instalações elétricas, de panificação, de confeitaria e de informática. Adultos (a partir dos 18 anos), frequentam, além do curso de panificação e confeitaria, os cursos de costura e cabeleireiro. Uma oficina de Costura Industrial funciona em esquema de cooperativa, tendo a participação de 20 senhoras.
- Escolinha de Futebol Chuteira de Ouro: é um programa de esporte que oferece horários para treinamentos variados durante a semana, divididos por faixas etárias.
- Programa de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida – que é o programa de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Complementam esse programa, os projetos: Digitrampo, Informática, Ateliê de Artes e Academia Forma Jovem, Prevenção na Medida e Projeto Brincar.
- Programa de Liberdade Assistida Araraquara/SP²⁰ – que é o programa de atendimento ao adolescente em conflito com a lei realizado pelo Salesianos São Carlos na cidade de Araraquara.
- Programa de Semi-liberdade²¹ – Casa de Convivência Lucas Perroni Júnior – que é o programa de

²⁰ O Programa de LA de Araraquara iniciou suas atividades em 2002 e encerrou seus atendimentos após não renovação do convênio com a Prefeitura Municipal.

²¹ O Programa de Semi-liberdade foi executado pelo Salesianos São Carlos de 2000 à 2009, encerrando suas atividades em novembro 2009. O convênio entre Salesianos e Fundação Casa terminou após um longo debate entre as instituições.

atendimento ao adolescente em conflito com a lei na medida de semi-liberdade.

Outros trabalhos complementam as ações do Salesianos São Carlos como o Amor Exigente - que trabalha com usuários de drogas e seus familiares e o EJA – Educação de Jovens e Adultos que trabalha com a suplência escolar e alfabetização.

O Salesianos São Carlos é a maior obra social do município. Atende cerca de 800 crianças e adolescentes diariamente em seus diferentes programas de atendimento.

Além dos atendimentos, o Salesianos articula-se com a rede de atendimentos da criança e o adolescente do município de São Carlos (RECRIAD). A rede é composta por diversos seguimentos como: Secretarias municipais, Conselho tutelar, CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Poder Judiciário – Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, NAI, organizações não governamentais e outros programas na área de esportes, lazer, iniciação profissional.

3.2 O Sistema preventivo de Dom Bosco

"A música dos jovens se escuta com o coração, não com os ouvidos"

Dom Bosco²².

Diante da situação dos jovens do seu tempo, Dom Bosco faz a opção da educação: um tipo de educação que previne o mal por meio da confiança no bem que existe no coração de todo jovem, desenvolve suas potencialidades com perseverança e paciência, constrói a identidade pessoal de cada um²³.

Trata-se de uma educação que forma pessoas solidárias, cidadãos ativos e responsáveis, pessoas abertas aos valores da vida e da fé, homens e mulheres capazes de viver com sentido, alegria, responsabilidade e competência. Este modo de educar torna-se verdadeira experiência de presença na vida para o adolescente que o vivencia.

Petitclerc, padre salesiano, afirma: "sem confiança não há educação". Este é o princípio que está na base do sistema educativo de Dom Bosco. Só se pode fundamentar o conceito de autoridade através de uma relação de confiança entre o educando e o educador.

Padre Agnaldo Soares Lima diz que:

Quando falamos de "pedagogia" estamos falando de "educação". Educar é transmitir conhecimento, levar ao aprendizado. O que se quer ao trabalhar com o adolescente envolvido na prática de ato infracional, não é levá-lo a conhecer a violência e as regras do crime, que ele domina muito melhor que seus educadores. Ao contrário, busca-se fazê-lo descobrir e experimentar tudo o que faltou antes e que fez com que o

²² Dom Bosco nasceu em 16 de agosto de 1815 numa pequena cidade chamada Castelnuovo D'Asti, no Piemonte (Itália). Ainda criança, a morte do pai fez com que experimentasse a dor de tantos pobres órfãos. Em mamãe margarida, porém, teve um exemplo de vida cristã que marcou profundamente o seu espírito.

²³ Trecho retirado do texto: Os valores mais significativos do sistema preventivo J. M. Petitclerc

jovem passasse a trilhar o mundo da criminalidade. Isto somente será possível num ambiente educativo, acolhedor, capaz de fazê-lo sentir-se melhor consigo mesmo e com os outros.

Dom Bosco vê a realidade social, percebe o seu significado e tira suas conclusões. Dessa experiência nasce nele uma imensa compaixão pelos jovens marginalizados; cresce em seu coração uma opção pessoal de vida: “consagra-se ao bem da juventude”. Sua opção está fundamentada numa profunda fé na paternidade misericordiosa de Deus e em sua Providência; ela se fundamenta também na convicção de que o jovem, mesmo o mais rebelde, possui um ponto acessível ao bem e que, quando estimulado e apoiado, ele é capaz de não se deixar levar pelo mal e escolher o caminho da vida e do bem²⁴.

O Padre Agnaldo, lembra o filme “Diamante de Sangue”, que teve como ator Leonardo de Caprio, no qual encontrou uma cena magistral que ajuda a compreender o sentido do “resgate da própria identidade”. No filme, um pai de Serra Leoa, África, tem seu filho, de aproximadamente 12 anos, levado pelos guerrilheiros. Tendo passado pela lavagem cerebral própria das guerrilhas, em determinado momento do filme o pequeno adolescente vai manter uma arma apontada para seu pai, ignorando por completo sua relação filial e demonstrando estar pronto para disparar, se necessário. Neste instante, segue-se uma cena que parece ser a forma como algumas tribos africanas lidam com aqueles que erram ou cometem um crime. O pai, ao invés de invocar sua autoridade paterna para se fazer respeitar e chamar a atenção do filho ou ameaçá-lo, começa a recordar ao filho quem ele era e vai dizendo pausadamente: *“Dia, o que está fazendo? Dia... da orgulhosa tribo Mende, você é um bom menino, que ama o futebol e a escola; a sua mãe ama muito você; ela está esperando você perto do fogo, fazendo as bananas cozidas com sua irmã Nianda e o novo bebe; a vaca espera você... e Babu, o cão selvagem que você sabe que só obedece a você; (o filho começa a chorar) eu sei que forçaram você a fazer coisas ruins, mas você não é um menino ruim; eu sou o seu pai e amo você, e você vai voltar para casa comigo e vai ser meu filho de novo”*.

²⁴ Trecho extraído da revista: Sistema Preventivo e Direitos Humanos, Coleção Protagonista, p.14. ano 2009.

Com esta história, na qual reflete Padre Agnaldo, pode-se fazer uma analogia com a de adolescentes que praticaram atos infracionais, que se deixaram envolver pelo crime, perdendo suas referências, muitas vezes distanciando-se da família, dos bons amigos, e afastando-se (ou sendo forçado a se afastar) dos meios sociais que frequentava em momentos anteriores: escola, igreja, parentes, vizinhos, trabalho. Esses adolescentes, por vezes calam seus sentimentos, para poder dar espaço a uma atitude mais fria, mais compatível com as ações propostas pelo crime.

Nesta perspectiva, buscar distanciar o adolescente do caminho transgressor que ele vinha percorrendo pressupõe ajudá-lo a resgatar, de dentro de si o humanismo, a criança ou o pré-adolescente que ficou para trás, no momento em que se deixou “encantar” pelas seduções do crime.

3.2.1 O sistema preventivo como um espaço de construção de significados

Smolka (2004, p. 35) ao falar sobre sentido²⁵ e significado²⁶, diz ser impossível ao homem não significar, já que a significação faz parte da atividade humana. As crianças nascem em um mundo cheio de significados e significações e, no desenrolar de suas vidas, cada coisa a cada dia, faz sentido.

O adolescente busca sentido, atribui sentidos, sempre. Ao crescer, vivencia diversos contatos empíricos e subjetivos - ao receber e perceber cuidados, carinhos, afetos, distanciamentos, ausências, negligências, contradições - que vão constituindo sua identidade. E, ao apreenderem esses contatos passam a significá-los.

Quando o jovem consegue encontrar-se novamente consigo mesmo, do modo como era antes de começar a seguir a vida do crime, ele termina por ver

²⁵ Sentido, de acordo com o pensamento de Vigotski, é o confronto entre o significado social e a vivência pessoal (Conceito estudado em aula de Sérgio Ozella no NCA/PUCSP em 2008).

²⁶ Os significados, de acordo com o pensamento de Vigotski, são produções históricas e culturais que permitem a comunicação, a socialização das experiências. Se referem tanto aos conteúdos instituídos, compartilhados e apropriados pelos sujeitos, como configurados pela sua subjetividade. (Conceito estudado em aula de Sérgio Ozella no NCA/PUCSP em 2008).

ressignificar dentro de si aqueles sentimentos e emoções que foram abandonados num espaço de tempo atrás.

4. Construindo a história



Adolescente participando da Oficina de Grafitti

4.1 As medidas socioeducativas e o Salesianos São Carlos

Quem vivenciou a rebelião da FEBEM em outubro de 1999, não esquecerá tão facilmente aquela experiência²⁷.

As medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade no município de São Carlos foram iniciadas na década de 1990, por um grupo formado por educadores da sociedade civil e entidades preocupadas com a questão, dentre as quais se incluía o Salesianos. Posteriormente estas ações passaram a ser realizadas pelos técnicos da FEBEM, em condições bastante limitadas.

A partir de 1999 esse tipo de atendimento foi municipalizado e assumido pelo Salesianos São Carlos. Para tanto, foi firmando um convênio com o Estado, o que lhes possibilitou a contratação direta de orientadores que passaram a operar as medidas socioeducativas, bem como a organizar a proposta pedagógica que iria nortear a ação. No início eram atendidos 35 adolescentes. Com a organização de uma infraestrutura básica de salas e telefones para atendimentos, além de computador, TV, Vídeo e uma pequena cozinha, foi possível ampliar a média de atendimento de 35 para 85 adolescentes. Tudo isto com qualidade na intervenção e alcance de resultados (Lima e Galhardo, 2007).

O ano de 1999 também foi marcado pelas sucessivas rebeliões nas unidades de internação da FEBEM²⁸. Dentre as inúmeras crises da instituição, juntamente com um quadro de práticas autoritárias e de denúncias de maus-tratos aos adolescentes internados, o que mais chamava a atenção era a constante

²⁷ Padre Agnaldo relatando sobre o momento em que se deparou com a rebelião no Complexo Imigrantes – FEBEM em outubro de 1999.

²⁸ Segundo o Jornal Folha de São Paulo, no ano de 1999, ocorreram mais de 20 motins, nos quais houve a fuga de 2.252 internos. Quatro unidades foram foco de problemas: Imigrantes, Tatuapé, Raposo Tavares e Franco da Rocha. Várias medidas foram tomadas pelo governo para estancar o processo de fugas e revoltas, mas boa parte destas mostraram-se infrutíferas, entre elas, a troca de diretor, o afastamento de chefes de unidades, a demissão de funcionários e a colocação da PM para ocupar as unidades e impedir novas fugas. Mas os internos continuaram fugindo e se rebelando. Outra decisão do governo foi a transferência de 80 internos considerados de alta periculosidade para o Centro de Orientação Criminológica, no Carandiru. Uma semana mais tarde, a medida foi considerada ilegal e os internos foram levados de volta à Febem. Com a unidade Tatuapé destruída, centenas de internos foram levados para a Febem Imigrantes. Com a superlotação a unidade criou condições para mais revoltas e fugas. www.folha.uol.com.br.

transferência de responsabilidades entre as várias instâncias envolvidas na crise, seja no plano político, seja no educacional, no judiciário ou no administrativo. O que se percebia era que as instâncias não assumiam o problema como constitutivo de suas responsabilidades e o que acabava transparecendo era uma verdadeira ciranda em que cada parte ficava “culpando” a outra. O fato é que a crise, que estava instalada há muito tempo, explodiu mais de uma vez, chegando a níveis intoleráveis, com conseqüências desastrosas para os internos, para os familiares e, também, para os funcionários.

A implementação do NAI e da medida socioeducativa de semi-liberdade, em março de 2000, no município de São Carlos, deu-se em meio e em razão da crise do Complexo Imigrantes em São Paulo, conforme Padre Agnaldo apresenta:

Para apresentarmos uma proposta de semi-liberdade para São Carlos foi marcada uma reunião com o Presidente da FEBEM para o período da tarde. Fiz um convite para o Juiz da Infância para que, no período da manhã, fosse comigo até a UAP²⁹ porque eu gostaria de fazê-lo conhecer a FEBEM da Imigrantes. Antes mesmo de chegarmos à entrada do complexo pudemos perceber a situação que os jornais já noticiavam, mas que não tivemos tempo de tomar conhecimento. Felizmente! Tê-lo sabido antes nos teria desestimulado de realizarmos tal empreitada, o que quase já ia ocorrendo diante do campo de batalha e clima de guerra que se apresentou aos nossos olhos. Recuar teria sido talvez a atitude mais sensata, não fosse a consciência nos advertir que dentro daquele inferno estavam alguns dos adolescentes da nossa cidade. Ao menos aqueles eram responsabilidade nossa. De fato, ali permanecemos até que, já ao anoitecer, conseguimos retirar todos os nossos³⁰.

A partir da iniciativa do Padre Agnaldo Soares Lima, da entidade religiosa Salesianos, e do Juiz da Infância e Juventude de São Carlos à época, o Dr. João Baptista Galhardo Jr, o projeto de municipalização da semi-liberdade e da criação de um Núcleo de Atendimento Integrado – nos moldes do artigo 88, inciso V do ECA - agregaram valores às medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade já existentes no município.

²⁹ Unidade de Atendimento Provisório, que era unidade de recepção na FEBEM – Imigrantes.

³⁰ Texto extraído da Cartilha: Implementando o Núcleo de Atendimento Integrado: Apontamentos e orientações de um caminho percorrido, p. ano 2007.

É importante lembrar que, durante o processo de desenvolvimento dos Programas o governo municipal esteve sempre presente, principalmente na figura do ex- prefeito Prof. Newton Lima³¹, apoiando as ações voltadas aos adolescentes do município. Esse apoio é considerado como processo em continuidade, já demonstrado pelo interesse e responsabilidade da atual gestão na execução das políticas públicas de juventude. Compreende-se que a execução das medidas socioeducativas, compõe um panorama de atenção aos adolescentes e à juventude, articulado às políticas públicas de atenção primária e secundária.

4.2 O NAI – Núcleo de Atendimento Integrado

Há momentos na vida em que dizemos que “estamos no lugar errado, na hora errada”. Pode ser também que, em determinadas ocasiões, tenhamos que dizer que “estamos no lugar errado, na hora certa”³².

O NAI é a porta de entrada de um processo de atendimento, como será visto adiante. É fundamental, para que possa atingir seus objetivos, que tenha também as necessárias portas de saída. A maioria dos adolescentes que passam pelo NAI deverá ser inserida em medidas socioeducativas. Para tanto, é necessário que estas estejam funcionando no município e atuem de modo eficaz.

A partir da instalação do NAI verificou-se uma agilidade nos procedimentos de acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias. Esses procedimentos tiveram como resultado a redução do índice de reincidência³³ e da

³¹ Prof. Newton Lima Neto foi prefeito de São Carlos /SP por dois mandatos consecutivos (2001-2004) e (2005—2008). Lima Neto também foi reitor da Universidade Federal de São Carlos (1992/1996).

³² Padre Agnaldo Soares Lima e Dr. João Baptista Galhardo Júnior, referindo-se ao momento em que se depararam com a rebelião na Febem em outubro de 1999.

³³ Desde a inauguração do NAI em 2001 e a implementação das medidas de liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e semi-liberdade em nível municipal, os índices de reincidência baixaram vertiginosamente, sendo atualmente de apenas 4% – a média de reincidência do Estado de São Paulo gira em torno dos 30% - www.promenino.org.br

gravidade das infrações cometidas, resultando também na diminuição do índice de vulnerabilidade à violência juvenil³⁴.

Segundo o Padre Agnaldo Lima, a ideia central de todo o trabalho do NAI é a de que a vida de um adolescente é algo muito mais amplo do que um ato infracional olhado isoladamente, fora do contexto maior da sua existência. Em outras palavras, o furto, o roubo, ou qualquer outro delito cometido pelo adolescente tem um "antes", um "durante" e um "depois". Não se trata simplesmente de julgar a transgressão cometida, mas, principalmente, de conhecer o adolescente e o significado do delito na sua história de vida.

Partindo desse pressuposto, a proposta inicial é procurar conhecer o adolescente, tão logo chegue ao NAI³⁵, encaminhado pela polícia. Nesse momento, uma assistente social o entrevista assim como aos seus responsáveis. Com as informações obtidas e as observações realizadas, elabora um relatório bio-psico-social, que é encaminhado juntamente com o Boletim de Ocorrência, ao Ministério Público e ao Juiz da Infância e Juventude, tornando-se parte integrante do processo. Este relatório traz elementos que subsidiam a avaliação do judiciário sobre qual a medida mais adequada para ser aplicada ao adolescente.

O NAI não somente contribuiu para a agilização dos processos. Os casos são resolvidos em, no máximo, 15 dias. Outra vantagem é que o adolescente não é visto somente pelo lado do ato infracional cometido, mas existe uma preocupação em saber quem é esse adolescente, de onde ele vem. Todo esse contexto é avaliado previamente por uma profissional do serviço social que fará uma avaliação psicossocial antes do Juiz avaliar o caso³⁶.

³⁴ Segundo a pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Carlos é o município com o menor Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência do país. O Índice foi medido para subsidiar o Projeto Juventude e Prevenção da Violência, desenvolvido pelo governo federal, com dados de diversos órgãos federais, como o IBGE, e estaduais, como a Fundação Seade. (Ministério da Justiça)

³⁵ www.linkway.com.br/nai

³⁶ Relato do Juiz da Vara da Infância e Juventude de São Carlos – Dr. João Baptista Galhardo júnior. www.linkway.com.br/nai/

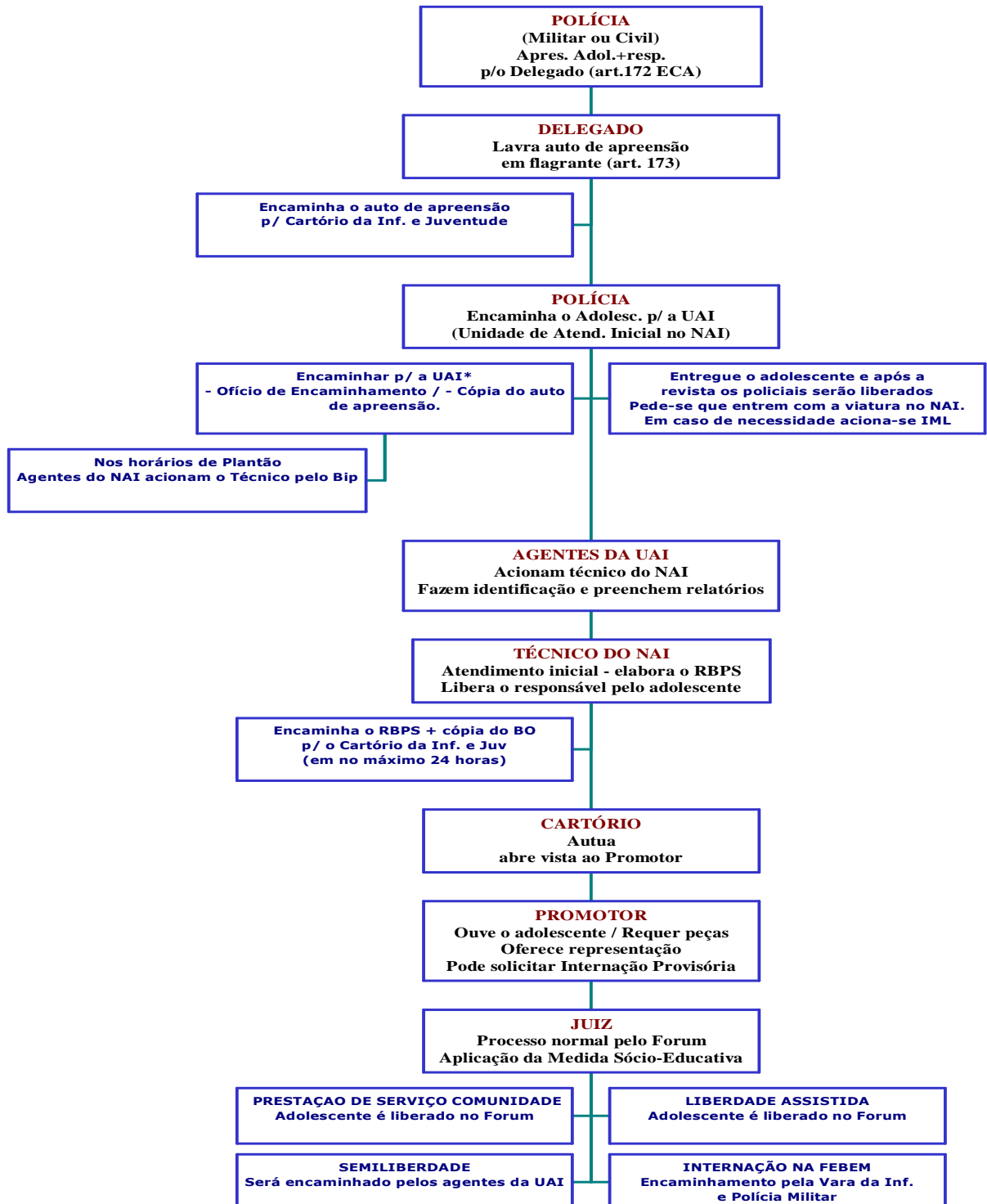
Se o adolescente for inserido em liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade ou semi-liberdade, o seu acompanhamento será feito pelos orientadores responsáveis por aquelas medidas.

4.2.1 Organograma de funcionamento do NAI

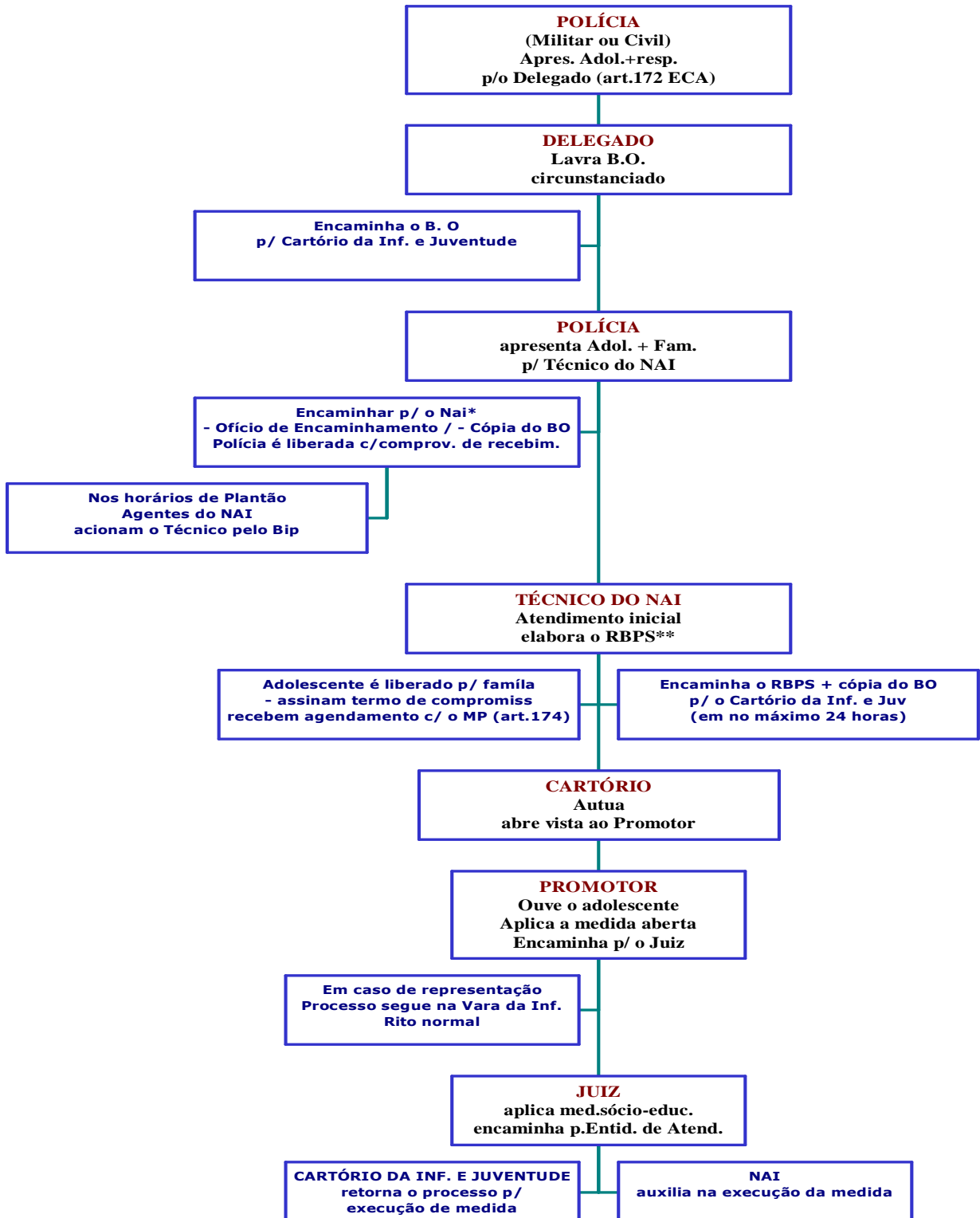
Padre Agnaldo ao destacar que a processualidade estabelecida pelo NAI, deu maior agilidade³⁷ à ação do Estado em casos de infração de adolescentes, comenta que, em outros espaços, esta ação chega a demorar de seis meses a dois anos, dentro do NAI, nos casos mais simples, acontece no período máximo de uma semana e, em casos mais graves, bem antes dos 45 dias propostos pelo ECA. Ele ainda explica como está organizada a rotina de trabalho do NAI. O organograma, exposto abaixo permite que se compreenda melhor a tramitação do adolescente, desde a sua apreensão até o momento de receber uma das medidas socioeducativas contidas no art. 112 do ECA.

³⁷ O sistema desenvolvido pelo NAI de São Carlos ganhou as páginas de várias publicações importantes do país. A revista *Época Negócios* mostrou o Plano Municipal de Segurança Pública de São Carlos do qual o NAI faz parte. A Revista *Fórum* mostrou que existem alternativas e abordou o modelo que São Carlos vem adotando no cuidado com adolescentes em conflito com a lei, que além de mais barato, contribui para a redução no número de infrações. A Revista *Radis*, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), trouxe como matéria de capa o êxito do NAI, sob o título "Projeto em São Carlos trata jovem infrator como cidadão e tem alto índice de recuperação". A Rede Globo apresentou no Jornal Nacional, e a Rede TV mostrou no Rede TV News duas matérias que trazem a experiência inovadora e exitosa de São Carlos.

a) o adolescente pego em flagrante mas que não fica custodiado por não ser ato infracional grave:



b) o adolescente pego em flagrante, que fica custodiado por se tratar de ato infracional grave:



4.3 A Semi-liberdade

*Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas...
continuarei a escrever.
Clarice Lispector*

A semi-liberdade, art. 120 do ECA é o regime que antecede à privação da liberdade em termos de cerceamento do direito de ir e vir do educando. Ele pode ser aplicado como uma medida inicial - como forma de evitar o confinamento total do educando em uma instituição - ou como progressão de regime - para aqueles que já se encontravam privados de liberdade.

A medida de semi-liberdade possibilita (e acompanha) ao adolescente sua participação na vida comunitária e em programas que respeitem as diferenças individuais, preservando os vínculos familiares e comunitários. Como prevê o ECA, no cumprimento dessa medida, são obrigatórias a escolarização e a profissionalização. A partir de uma agenda personalizada, previamente organizada, o adolescente poderá realizar cursos, atividades culturais, esportivas e de lazer, utilizando os recursos da sua comunidade durante o dia, devendo pernoitar na unidade de origem.

A ideia e o empenho da sociedade de São Carlos em evitar, ao máximo, o envio de adolescentes para a Fundação Casa (ex-FEBEM) desencadeou a necessidade de implementar formas mais efetivas de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional. A assim chamada Comissão de L. A. começou, então, a debater o Projeto da Semi-liberdade.

O sonho de ter um projeto do gênero, funcionando em um local adequado, acalentado desde 1993, quando, alguns dos que agora faziam parte da comissão, já, então, participando de um grupo de reflexão, tinham esboçado a proposta.

Com relação à medida de semi-liberdade pode-se dizer que São Carlos também teve atuação pioneira. Nessa ocasião, tal medida, mesmo contemplada no

ECA, funcionava em raríssimas unidades no Estado de São Paulo. Até a implantação³⁸ do Projeto de São Carlos, apenas cinco ou seis programas eram executados na Capital e interior. Foi o primeiro convênio³⁹ firmado com uma entidade particular não ligada ao Governo do Estado ou à Prefeitura Municipal local.

O local encontrado para seu funcionamento foi uma chácara, cedida por um empresário da cidade. A partir disso, o Salesianos assumiu a administração de um programa novo e desafiante.

4.3.1 A Casa de Convivência Lucas Perroni Júnior⁴⁰

Uma chácara com muitas árvores e uma casa, foi o local escolhido para a realização do projeto de semi-liberdade. Localizada num espaço amplo, com o nome de Casa de Convivência Lucas Perroni Júnior, a chácara, como era conhecida, ganhou reconhecimento pela sua proposta de atuação com adolescentes em conflito com a lei.

Conforme constam nos documentos referentes à semi-liberdade os princípios norteadores da ação pedagógica são:

³⁸ São Carlos inovou nesta proposta. Buscou-se implantar no Município a primeira semi-liberdade conveniada pela FEBEM com uma Entidade particular. As unidades que a operacionalizavam eram sempre administradas pela FEBEM.

³⁹ Mais uma vez a entidade *Salesianos* ficou encarregada de administrar todo o projeto de implementação e execução da medida, que tinha a capacidade de atendimento de 20 adolescentes. O local de funcionamento é uma chácara cedida gratuitamente por um empresário são-carlense, reafirmando-se a importância da parceria com a sociedade civil, denominada "Casa de Convivência Lucas Perroni Jr.". A entidade recebia um valor mensal da FEBEM por adolescente atendido para o pagamento das despesas e também inovou ao instituir um sistema aberto, sem a contenção dos jovens lá inseridos. Neste espaço era desenvolvido o trabalho pedagógico formativo, como atendimentos individuais, em grupo, dinâmicas e outras atividades como cultivo de horta, viveiro de mudas, artesanato. O restante das atividades eram realizadas fora deste espaço. Texto extraído do site: www.promenino.org.br

⁴⁰ A Casa de Convivência funcionava em uma chácara localizada no Bairro Recreio São Judas Tadeu, localizada próxima ao centro da cidade. A propriedade com uma área de 5000 m², possui uma construção de aproximados 170 m², como sala, copa, cozinha, 03 escritórios, 02 banheiros, área externa coberta que servia para o trabalho da Equipe Técnica e, tendo em anexo, uma segunda casa de aproximados 180 m², com mais três quartos, sala de TV, sala de atividades e mini biblioteca, cozinha e conjunto de banheiros e chuveiros, que serve para os adolescentes em medida. Há ainda uma área construída com 64 m², destinada para atividades culturais, artísticas e físicas, tais como judô e capoeira. A área externa da casa possui uma parte de pomar bastante variada e uma área livre para plantio. Além do cuidado com o pomar os adolescentes se ocupavam também da área de plantio, e de um viveiro para o cultivo de mudas de plantas nativas. O projeto de instalação dos viveiros funcionou em parceria com pelo menos duas grandes empresas da região, que tinham interesse em adquirir as referidas mudas. (fonte: www.linkway.com.br/nai)

- Tem o objetivo de como medida inicial ou como forma de transição para o meio aberto, conscientizar o adolescente dos limites impostos à sua liberdade, oferecendo-lhe subsídios para a compreensão da medida determinada.
- Estabelecer com o adolescente um relacionamento fundamentado na confiança e auto-responsabilidade.
- Buscar na família elementos que sirvam de apoio à organização e orientação do trabalho.
- Manter, sempre que possível, o ambiente familiar como referencia primeira da vida do adolescente, fazendo do espaço da semi-liberdade seu referencial para o cumprimento da medida socioeducativa no que se refere à restrição de liberdade (pernoite, permanência em finais de semana) e local de orientação, encaminhamentos, desenvolvimento de atividades educativas, etc. No que tange a este último aspecto, poderá haver também um serviço integrado com as medidas socioeducativas de L.A. e P.S.C.

Destacam-se algumas atividades que fazem parte do projeto pedagógico da semi-liberdade:

- acolhida; estudos de caso; elaboração e acompanhamento de Plano Personalizado de atendimento; reuniões sistemáticas; diário do adolescente (agenda onde o adolescente registra situações e impressões do cotidiano); atividades educativas; auto cuidado e promoção de saúde; reforço escolar; preparação para o mundo do trabalho; reuniões institucionais; trabalho com a família; preparação para o desligamento e acompanhamento do adolescente egresso.

Com uma proposta inovadora, pautada na pedagogia de Dom Bosco, o Salesianos São Carlos assumiu esse desafio e levou à frente.... Durante oito anos, a proposta de atuação com um projeto pedagógico disciplinar - que excluía a ação

repressiva correcional muita usada por outras experiências - se destacou e se consolidou através das ações.

5. Compartilhando Caminhos



Adolescentes jogando futebol durante as Olimpíadas Salesianas

5.1 O Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

A localização do Programa de Medidas reserva-se, hoje, em um espaço privilegiado. O Programa passou por outras três casas, todas localizadas no centro da cidade e, no segundo semestre de 2008, mudou definitivamente para a sede do Salesianos.

Dentro da sede, conta com um sobrado amplo, com diversas salas para atendimento individual e em grupo, sala de trabalhos da equipe, sala multifuncional, sala de informática e sala de coordenação, além da cozinha e da recepção.

No espaço externo funciona o Ateliê de artes, as quadras cobertas, o campo de futebol e um grande espaço com muitas árvores, jardins e gramados. Duas quadras adiante, a Academia – Forma Jovem que é parte complementar do Projeto Digitrampo.

O Programa de Medidas possui vagas conveniadas para atendimento de adolescente de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos e, excepcionalmente até os 21 anos, nas medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Este programa contava com uma equipe multidisciplinar, atuando de forma integrada na condução e discussão dos atendimentos: serviço social, terapia ocupacional, pedagogia, psicologia, educação física.

“Um ponto importante na construção histórica do Programa, foi a construção interdisciplinar, até pela opção de formação da equipe. Nós temos aqui profissionais de diferentes áreas, com formação em ciências humanas e saúde. Com a contribuição de cada um, para um saber coletivo. A equipe é composta por psicólogos, assistente social, pedagogo, terapeutas ocupacionais, que puderam com suas experiências compor o jeito de trabalhar com o adolescente. Foi uma experiência construída pela prática mesmo”⁴¹.

A partir de 2007 houve a municipalização da ação, mediante convênio. A medida de Prestação de Serviços à Comunidade tornou-se responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Carlos, que terceirizou sua operação para o Salesianos

⁴¹ Trecho da entrevista com a coordenadora do Programa Glaziela S. Marques

São Carlos. No início deste ano, o mesmo ocorreu com a medida de liberdade assistida.

5.1.1 A Proposta Pedagógica

A proposta pedagógica surgiu da necessidade de sistematizar a prática metodológica do Programa de Medidas Socioeducativas desenvolvido pelo Salesianos São Carlos.

As equipes dos Programas de Medidas de São Carlos e Araraquara compuseram os textos do Itinerário Pedagógico, no sentido de sistematizar o atendimento socioeducativo dos programas. Foram dias e dias de reunião, estudos e relatos de experiências dos atendimentos, para a elaboração do texto final. Um movimento que envolveu todos os educadores, somando as mais diversas áreas.

Pensar esta prática de forma sistematizada significa aspirar a construção de um caminho pautado na referência contextual do processo histórico, que busca a historicidade do conhecimento e o seu caráter relevante, devendo ser construído à base de reflexões e acompanhamento da dinamicidade do movimento, do diálogo com os diferentes saberes e, sobretudo das vivências do cotidiano do referido Programa⁴².

Neste sentido, o ato infracional, em si, é apenas um ponto de chegada do adolescente ao Programa para o cumprimento da medida. Além da infração o adolescente será olhado de forma que garanta saber quem é esse adolescente, qual é a sua história de vida, qual é a sua trajetória e como está organizado seu cotidiano, para tentar contextualizar sua infração e organizar formas para transpor essa situação infracional.⁴³

A compreensão do processo pedagógico, é que ele está em um constante movimento, em constante mudança e está organizado de forma que possa se adequar às demandas de cada adolescente atendido. Deve ser elaborado um plano personalizado que respeita suas diferenças culturais, suas demandas, dando

⁴² Texto extraído do Itinerário Pedagógico - Diretrizes para a proposta de acompanhamento de adolescentes em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

⁴³ Trecho da entrevista realizada com a coordenadora do Programa

ênfase às especificidades da realidade cultural, considerando as relações intrapessoais (consigo mesmo) e as interpessoais (com a sua família, a comunidade, a sociedade em geral, as outras culturas e o meio em que vive).

Nessa perspectiva o ato infracional ganha outro sentido, embora seja o motivo que levou o adolescente ao cumprimento da medida. Ele não será o foco da intervenção: o ponto central da intervenção será a busca pelos motivos que levaram esse adolescente a infracionar e as potencialidades que poderão ser utilizadas para a transposição das razões que levaram aquele ato infracional a ser cometido.

Nesse sentido, Faleiros (2004) afirma que:

a preocupação com o projeto pedagógico, do ponto de vista progressista, é quanto a sua capacidade em garantir, realmente, um desenvolvimento do jovem que lhe permita superar as condições que deram origem ao delito e ampliar as trocas sociais para um adequado processo de equilíbrio entre a convivência social e a autonomia individual⁴⁴

Com relação à concepção de trabalho pedagógico, é ressaltado que o educador precisa entender que o adolescente tem uma história, tem seus valores, sua cultura. O trabalho deve ter como ponto de partida a compreensão desse contexto e dos motivos que o levaram a cometer o ato infracional. Assim prevê o texto do Itinerário Pedagógico dos Salesianos:

O processo pedagógico referido é entendido em permanente estado de construção, rico em possibilidades que se definem nas relações sociais através da história, da relação dialógica, em que os educandos se afirmam como sujeitos de subjetividade - identidade, de significação, de cidadania, e não apenas receptores de conteúdos.

Alicerçados pela pedagogia de Dom Bosco, afirma-se que o trabalho pedagógico, na perspectiva do operador da medida, deve ser baseado no diálogo, na *presença*, na escuta do que o adolescente tem a dizer sobre a orientação, sobre os seus valores, limites e espiritualidade.

⁴⁴ A citação, é parte integrante do texto *Impunidade e imputabilidade escrito por Vicente de Paula Faleiros.*

Essa prática fará com que o adolescente estabeleça uma confiança em seu educador, construindo junto com ele a transposição da ação infracional.

Dom Bosco dizia que: *A escolha de um bom porteiro é um tesouro para uma casa de educação*⁴⁵, referindo-se à importância da *presença* do educador.

Ao longo dos anos no atendimento direto aos adolescentes, percebe-se que essa presença que Dom Bosco se referia era a peça chave da relação. Através da presença, não somente no atendimento agendado, realizado na sala de atendimento, mas a presença que se concretizava nas mais simples ações: assistir a um filme juntos, conversar despretensiosamente na caminhada até o Hospital onde eram realizadas as atividades de PSC e, até mesmo, tomar um lanche na cozinha, fazia com que a relação se tornasse cada vez mais simétrica, mais presente.

Gomes da Costa (1991), afirma que:

“Fazer-se presença construtiva na vida de um adolescente em dificuldade pessoal e social é, pois, a primeira e a mais primordial das tarefas de um educador que aspire a assumir um papel realmente emancipador na existência de seus educandos”⁴⁶

Portanto, a presença do educador é uma necessidade básica fundamental para que o educando supere suas dificuldades pessoais e possa se reconciliar consigo mesmo e com os outros.

⁴⁵ Texto extraído do livro: A pedagogia de Dom Bosco em seus escritos.

⁴⁶ O texto citado, é parte integrante do livro: *A pedagogia da presença*.



Adolescentes jogando futebol – Gincana

5.2 O Itinerário Pedagógico

*“Eterno é tudo aquilo que vive uma fração de segundo
mas com tamanha intensidade que se
petrifica e nenhuma força o resgata”
C. Drummond de Andrade*

O itinerário pedagógico estrutura-se como diretriz para o desenvolvimento do processo socioeducativo dos adolescentes. Essa organização também visa promover a estruturação do Plano Individual de Atendimento - PIA, seguindo as diretrizes e orientações do SINASE⁴⁷.

A proposta está organizada em módulos, que visam direcionar o trabalho com o adolescente, com planejamento, acerca dos principais temas e questões do

⁴⁷ O texto é parte integrante do Itinerário Pedagógico.

seu cotidiano. Suas diretrizes estabelecem uma linha de intervenção, comum ao atendimento de todos os adolescentes. Porém, sua operacionalização, para cada adolescente, não precisa ser desenvolvida com a mesma seqüência linear e cronológica.

É um instrumento de referência, que atua a partir das demandas e questões apresentadas pelo adolescente, em relação ao seu momento de vida, suas necessidades e possibilidades. Esse panorama irá compor a base do acompanhamento, e será o pano de fundo da intervenção.

5.2.1 Os módulos do itinerário Pedagógico

O itinerário pedagógico encontra-se didaticamente dividido em quatro etapas, com módulos denominados distintamente de acordo com os conteúdos abordados:

- Acolhida: Recebendo o adolescente e sua família;
- O adolescente diante de si mesmo - Eu comigo mesmo;
- O adolescente e suas relações sociais - Eu e a sociedade;
- Conclusão da medida - o que fica e o que levo desta experiência.

As tabelas a seguir, integram o Itinerário pedagógico:

a) A acolhida - Recebendo o adolescente e sua família;

Módulo I – Recebendo o adolescente e a família (acolhida)			
Objetivo Geral: Conhecer o adolescente, sua família e o meio físico e social no qual estão inseridos. Início da construção de vínculo, apresentação do espaço físico onde é desenvolvido o trabalho socioeducativo.			
Etapa A) Interpretação da medida Socioeducativa.			
Objetivo Específico: Esclarecer o que é medida socioeducativa e quais são elas (Art. 112 do ECA). Explicar o funcionamento das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade (Art. 117 do ECA) e de Liberdade Assistida (Art. 118 e 119 do ECA) e como deve ser o seu cumprimento.			
Conteúdos:	Métodos:	Atividades:	Indicadores:
<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento; - Apresentação dos Educadores; - Apresentação das atividades existentes no Programa; - Esclarecimento dos papéis/responsabilidades de cada um dos envolvidos na execução das medidas (adolescente, família, orientador, etc.); - Apresentação do ECA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade em grupo; - Entrevista pessoal (família individual); - Aplicação de dinâmicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manuseio do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente); - Inscrição no Programa (Coleta de dados iniciais); - Triângulo das medidas; - Gibi do ECA Turma da Mônica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da compreensão do adolescente e da família sobre processo socioeducativo; - Reconhecimento inicial das responsabilidades de cada ator no processo socioeducativo.
Duração: Um encontro de aproximadamente 1 hora.			

b) O adolescente diante de si mesmo - Eu comigo mesmo;

Etapa B) Atendimento Inicial.			
Objetivo Específico: Elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA), realizar encaminhamentos iniciais necessários.			
Conteúdos: - Coleta de informações sobre o adolescente, sua família e o meio em que vivem; - Início da construção de metas.	Métodos: - Levantamento biopsicosocio-pedagógico; - Uso do instrumental específico (PIA).	Atividades - Minha história de vida; - Encaminhamentos iniciais (escola, documentação pessoal, cursos de inicial profissional, profissionalizantes, saúde, cultura, esporte e lazer.	Indicadores: - Percepção de possibilidade de novas oportunidades na construção de seu projeto de vida; - Compreensão e definição de metas, expressando interesses, possibilidades, do seu projeto de vida.
Duração: 1 ou mais encontros de acordo com a proposta de atendimento familiar de cada Programa.			

c) O adolescente e suas relações sociais - Eu e a sociedade;

Etapa C) A medida Socioeducativa como oportunidade pessoal para novos caminhos.			
Objetivo Específico: Estimular o envolvimento do adolescente com as propostas educativas do Programa, com reflexão sobre potencialidades sociais e habilidades como recursos para a superação da vivência infracional.			
Conteúdos: - Continuidade do preenchimento do PIA; - Protagonismo Juvenil; - Descoberta de potencialidades e habilidades.	Métodos: - Diálogo e reflexão; - Trabalhos em grupo; - Levantamento de recursos da comunidade; - Elaboração conjunta de ações que favoreçam o adolescente na construção de novos caminhos.	Atividades: - dinâmicas; - minhas qualidades; - minhas diferenças.	Indicadores: - Elaboração das metas adequadas a sua realidade, definindo prazos, responsabilidades, etapas e condições de avaliação do seu processo.
Duração: 2 ou mais encontros.			

d) Conclusão da medida - o que fica e o que levo desta experiência

Etapa D) Entendendo o ato infracional			
Objetivo Específico: Refletir com o adolescente sobre: o seu papel diante das regras existentes na sociedade, suas responsabilidades e sobre a convivência coletiva e consciência de bem comum/ direito coletivo.			
Conteúdos:	Métodos:	Atividades:	Indicadores:
<ul style="list-style-type: none"> - As implicações da ordenação jurídica estabelecida socialmente; - Reflexão sobre responsabilidades pelos próprios atos; - Pressupostos para a convivência social efetiva, sadia; - Conhecimento de direitos e acesso as políticas sociais, como educação, cultura, lazer, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diálogo e reflexão; - Trabalhos em grupo; - Reflexões a partir de fatos da realidade; - Aplicação de dinâmica (opcional). 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmicas referentes à compreensão do ato infracional; - Leitura do Boletim de Ocorrência; - Conseqüências ato infracional; - Jogo do Cenpec (pág. 31); - Uso da Constituição Federal e ECA 	<ul style="list-style-type: none"> - Percepção e reflexão do adolescente sobre o ato infracional e possibilidade de participação social.
Duração: 1 ou mais encontros.			

Nestes atendimentos são realizados trabalhos referentes às questões que envolvem o ato infracional em si e, também, são estudadas as características próprias de cada adolescente, de forma a aproveitá-las para a concretização da atividade junto à comunidade e à sua própria vida. Assim, esse espaço de atendimento transforma-se em um momento de vivências e de experimentação para posteriores ações.

Com esta metodologia, acredita-se que as próprias atitudes dos adolescentes possibilitam a expansão do trabalho realizado e a desmistificação, por parte da comunidade, de preconceitos relacionados ao jovem em medida socioeducativa. Isto permite também a valorização do potencial criativo de cada adolescente ligado ao Programa.

5.2.2 Atividades desenvolvidas

A realização de atendimentos individuais e em grupo, pautados em um plano personalizado de atendimento para cada adolescente, durante o processo socioeducativo, possibilita conhecer como esses adolescentes - a partir de seu olhar e sua vivência e da experiência de cumprir uma medida - ressignifica suas ações.

Compreende-se como processo de ressignificação, aquilo que ocorre quando o adolescente confronta os significados assumidos em vivência pessoal, negando-os para superá-los, e assume aqueles que deverão nortear suas futuras propostas.

Algumas atividades são realizadas no espaço interno da casa, como os atendimentos individuais aos adolescentes e aos seus familiares, os trabalhos de planejamento, organização e elaboração de documentos, os grupos de estudo, as reuniões de equipe e os encaminhamentos.

Outros trabalhos em grupo são realizados, no Ateliê de artes, no Projeto Prevenção na Medida⁴⁸ e no Projeto Digitrampo⁴⁹ com as aulas de informática e orientações para a iniciação no mundo do trabalho, além das atividades da Academia Forma Jovem.

⁴⁸ Projeto financiado pela Secretaria de Saúde do Estado e que trabalha com os adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas no trabalho de sexualidade.

⁴⁹ Financiado pela Fundação Telefônica, tem como objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a compreensão sobre a forma, estrutura e funcionamento do mundo do trabalho, aumentando o conhecimento acerca das possibilidades futuras. Visa um processo de formação ampliada, através do acesso as diferentes formas de conhecimento e cultura. Proporciona a vivencia de atividades em diferentes contextos: inclusão digital, esportes, academia, saúde e oficinas de artes. O módulo de Informática compreende conteúdos de informática básica e avançada promovendo o domínio dos conhecimentos que favoreçam a inclusão digital do adolescente.

A equipe realiza também muitas atividades externas imprescindíveis para efetivar o Programa. Como exemplo pode-se citar as Exposições de quadros em espaços públicos e privados como: o Museu, o Clube, o Shopping Center e outros espaços.

Além das atividades propostas aos adolescentes, a equipe é engajada em participações em eventos com temáticas referentes ao trabalho, em reuniões da rede – Recriad, nas reuniões quinzenais do CMDCA, em reuniões para discussão de casos, em audiências e oitivas, caso seja necessário. Todas essas participações, também se concretizam como espaços de troca de experiências.

O Salesianos São Carlos têm como conselheiros municipais no CMDCA, dois membros, sendo ambos do Programa de Medidas.

5.3 A especificidade de cada medida

5.3.1 Prestação de Serviços à Comunidade

Atualmente o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade tem 30 vagas para o atendimento de adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, excepcionalmente até 21 anos, procedentes dos Municípios de São Carlos. Seu atendimento alcança também suas famílias.

Em São Carlos, a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade tem dois aspectos: o aprendizado que o adolescente desenvolve a partir de sua experiência de, por um lado, ser cuidado e, por outro, ser cuidador; e a disponibilização de seus saberes e de seus serviços em benefício da comunidade.

Por esta razão, tal medida deve ter um conteúdo extremamente pedagógico que busque, através do aprendizado do jovem, a sua inclusão social - o adolescente constrói atividades (relacionadas muitas vezes ao ato infracional

cometido) que trazem melhorias à sua comunidade. Esta prestação de serviços, em momento algum se faz de forma vexatória, mas sim como uma ação de cidadania, sendo contributiva para ambas as partes, ou seja, contributiva para o próprio adolescente e para a comunidade na qual ele desenvolverá uma ação significativa.

Podemos destacar aqui o Projeto Brincar. As ações deste projeto, desde setembro de 2003, são desenvolvidas na pediatria da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos. Além do cumprimento da medida, os adolescentes são estimulados a refletir sobre temas que envolvam o cuidado com o outro e consigo, como o respeito à sua própria fase de desenvolvimento. Também trabalham suas relações de afeto, amizade, além de questões referentes à higiene. Os assuntos são discutidos em grupo e também em atendimentos individuais com o objetivo de preservar a história e as características de cada um, valorizando a vida, muitas vezes desperdiçada em atos infracionais.

Para este projeto são usados recursos dinâmicos que permeiam e interagem com o universo lúdico da criança, valorizando a auto-estima e incentivando a compreensão de si, de modo que o estado emocional seja equilibrado e conseqüentemente haja a reabilitação.

Gomes da Costa (1991) afirma que:

“O mais importante nesse processo relacional é valorizar as capacidades e potenciais do adolescente e do jovem; o trabalho educativo deve estruturar-se nos atributos positivos dos jovens, ou seja, “o que ele é, o que ele traz, o que ele sabe, o que ele é capaz”.

Nesse Programa, a Medida de Prestação de Serviços à Comunidade tem buscado transpor o procedimento de apenas encaminhar os(as) adolescentes aos serviços comunitários. Tem trabalhado com esta população de forma a estimular suas reflexões em relação às suas próprias vidas, à escola, ao ato infracional cometido e ao próprio serviço comunitário que será desenvolvido, procurando

envolvê-lo, de forma que possa desenvolver um compromisso com o trabalho a ser cumprido, ressignificando suas ações.

Marques, coordenadora do Programa de Medidas em Meio Aberto, conta que a ressignificação acontece através da elaboração do tipo de atividade que será realizada, da pesquisa dos lugares onde ela possa ser executada, da busca de meios para realizá-las, seja através da confecção de materiais ou mesmo na elaboração de estratégias de atuação.



Adolescentes nas atividades do Projeto Brincar na pediatria da Santa Casa.

5.3.2 Liberdade Assistida



Adolescente no Ateliê de Artes

Atualmente o Programa de Liberdade Assistida tem 80 vagas para o atendimento de adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, excepcionalmente até 21 anos, atuando também, com suas famílias.

O atendimento de Liberdade Assistida procura trabalhar com o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes, incentivando sua participação no processo de reflexão sobre o ato infracional cometido, bem como sobre o entendimento de novas possibilidades que permitam transpor as marcas deixadas por esse ato. Acredita-se que, através de relacionamentos favoráveis e das diferentes atividades propostas, os adolescentes possam refletir sobre seu projeto de vida e replanejar seus objetivos.

Na metodologia de trabalho alicerçada pelo Itinerário Pedagógico, as ações são planejadas para se efetivarem durante todo o processo socioeducativo do adolescente, buscando a ressignificação de seus conceitos com reflexão sobre valores, relacionamentos, participação social e demais questões que envolvam suas vivências cotidianas.

5.3.3 O que é comum entre as medidas em meio aberto

Os adolescentes inseridos no cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, participam de atendimentos individuais e em grupo, de oficinas e saídas culturais, artísticas e esportivas, passeios, cursos profissionalizantes e semanas temáticas. Todas as atividades desenvolvidas buscam transcender os esquemas tradicionais e priorizam o caráter educativo, estimulando a reflexão em relação às suas vidas, à escola, ao ato infracional, à família, à comunidade, à sociedade, procurando desenvolver um compromisso com o trabalho a ser cumprido e levantar habilidades e possibilidades dos adolescentes.

Considerando que a família é parte essencial na história de vida e no desenvolvimento do adolescente, o Programa tem profissionais voltados especificamente ao acolhimento e acompanhamento dos familiares, através de atendimentos individuais e em grupo, com uma proposta que respeitam suas demandas e os temas de seu interesse. Uma ação articulada leva o acompanhamento da família até os programas comunitários e de assistência social, viabilizando sua inserção nos serviços da comunidade.

6. Assumindo Desafios

Se por um lado, tem-se toda uma riqueza dessa proposição de trabalho, e acredita-se nesta direção, por outro, enfrentam-se sérias discussões e impasses diante de demandas que caracterizam o não cumprimento da medida.

O uso abusivo de drogas, a participação no tráfico de drogas, a violência policial e as doenças mentais, são fatores relatados pelos operadores das medidas, que se apresentam como, maior dificuldade no trabalho realizado com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Dentre esses fatores, a participação direta no tráfico de drogas nos faz pensar em níveis mais complexos, pois, a participação no mundo do crime por esse caminho, faz com que o adolescente adote uma nova postura – descaracterizando sua identidade. Esse movimento faz com que se submeta as regras do crime, assumindo todos os riscos dessa inserção.

Os adolescentes imersos nesse mundo, estão mais propensos a reincidência e as diversas violências - seja pelas proposições das regras estabelecidas pelo crime ou pela violência policial em conseqüência dessa inserção.

Michel Misse, afirma que é preciso cautela ao tratar da violência, devendo-se preferir sempre considerá-las no plural:

Violências, assim, no plural, pois que não existe “a” violência, mas muitas, diversas, postas em distintas funções, servindo a diferentes destinos. É exatamente a polissemia da “violência” que a torna plural e que exige muita precaução teórica, se não quisermos deixar nossa análise deslizar para dentro da “violência”. (Misse, 2008: 165).

Entretanto, neste momento, não há respostas conclusivas às inquietações e incômodos, porém, acredita-se que o engajamento da rede de atendimentos e a efetiva aplicação e cumprimento do ECA. A lei precisa ser cumprida, a prioridade no cuidado de crianças e de adolescentes necessita de atenção.

7. Continuando a caminhada

Ao final desta dissertação, pode-se refletir que, a consolidação das medidas socioeducativas em meio aberto e semi-aberto, foram extremamente importantes para construção da história de atenção aos adolescentes e à juventude do município de São Carlos.

Consolidação essa que, partiu da *presença*, seja ela na busca por políticas mais efetivas ao tratamento do adolescente em conflito com lei ou no atendimento direto a ele.

Além da proposição do trabalho efetivo – através do Programa de Semi-liberdade e o fortalecimento das Medidas em meio aberto – manter o adolescente no seu meio e próximo aos seus, sem sombra de dúvidas, concretizou-se em uma maneira adequada de educá-lo e redirecionar a sua sociabilidade.

Por fim, o objetivo desta pesquisa foi trazer uma reflexão crítica sobre a história da implementação, implantação e operação das medidas socioeducativas no município de São Carlos. Por um lado, trazer uma reflexão crítica da percepção que os operadores das medidas socioeducativas têm a respeito dos programas e, por outro lado, dos olhares dos atores que se dedicaram à implantação e implementação dos Programas no município.

A coleta de informações se processou com a utilização de vários instrumentos. O mais importante foi definir com pertinência os dados necessários e procurar compreender o significado dos olhares expressos pelos sujeitos.

Os resultados (história) deste estudo poderão contribuir para reflexões acerca da implantação e implementação de medidas socioeducativas em outros municípios, tendo a certeza de que uma rede de atendimentos, que conte com pessoas comprometidas pode concretizar ações mais efetivas no que se refere aos cuidados do adolescente, seja ele em conflito com a lei, seja em situação de vulnerabilidade ou risco. O importante é arregaçar as mangas e partir para a real efetivação de uma proposta, ao mesmo tempo, eficaz, efetiva e humanizadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____.Adolescentes em confronto com a lei: O ECA como instrumento de responsabilização ou eficácia das medidas sócio-educativas, Saraiva, João Batista Costa. 2002. Disponível em: www.boletimjuridico.com.br

AFONSO, M. L. M. A polêmica sobre adolescência e sexualidade, (tese de doutoramento), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade Educação. 1996. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa>

_____. BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento da Criança e do Adolescente. Políticas públicas e estratégias de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Brasília:Ministério da Justiça, 1998.

_____. BRASIL, Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência. Brasília: Ministério da Justiça. Ano 2009. Disponível em www.mj.gov.br

_____.BRASIL. Constituição Federal.1988.

COSTA, A. C. G, A presença da pedagogia: Teoria e prática da ação socioeducativa. São Paulo: Global, 1999.

COSTA, A.C.G. A política de atendimento. Estatuto da Criança e do Adolescente. Artigo eletrônico [online]. 2008. Disponível em: <http://www.promenino.org.br>

FALEIROS, V.P Impunidade e imputabilidade, Revista Serviço Social e Sociedade, 2004

FERREIRA, A.S A pedagogia de Dom Bosco em seus escritos – Editora Salesiana, 2004, São Paulo

_____.FEBEM, uma crise exasperante - O Jornal Folha de São Paulo, em 1999, deu grande visibilidade à crise da Febem, publicando inclusive um caderno especial, 26/10/1999. Disponível www.observatoriodeseguranca.org/imprensa

FILIPINI, R. Psicodrama com crianças nas transições familiares. Revista Brasileira de Psicodrama. 13 (1) p. 117-125, 2005.

_____. Grupo Focal. Resumo elaborado por Myrian Veras Baptista.

_____. Grupo Focal. Resumo elaborado por Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua.

HERRÁN, J. I. M. Adolescencia” Tercera ponencia “Adolescencia: Dimension Afectivo-emocional” Cunado hablamos de adolescência, hablamos todos de lo mismo? Aportaciones VII Congreso INFAD: p. 125-132. 1997.

_____. Informativo Técnico – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social Gabinete do Secretário. Disponível em: www.mp.sp.gov.br/.../INFORMATIVO

_____. Implementando o Núcleo de Atendimento Integrado: Apontamentos e orientações de um caminho percorrido. LIMA, A.S., GALHARDO, J.B.(p.2 – 22). Ano 2007.

_____. Itinerário Pedagógico. Diretrizes para a proposta de acompanhamento de adolescentes em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Salesianos São Carlos. Ano 2008

JACOBINA, O.M.P., COSTA, L.F. *“Para não ser bandido”*: adolescentes em conflito com a lei e trabalho. Cad. psicol. soc. trab., dez. 2007, vol.10, no.2, p.95-110. ISSN 1516-3717

_____. Justiça da infância e da juventude, Karyna Sposato,. O Estado de São Paulo, 21/01/2010. Disponível em: www.promenino.org.br

LOSACCO, S. Métrons e Medidas - caminhos para o enfrentamento das questões da infração do adolescente. (Tese de doutoramento) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Serviço Social. p.(10 – 18)(85-214) 2004.

_____. Lei Federal n. 2.848 de 7 de setembro de 1940 – Código Penal.

- _____.Lei Federal n. 8069/90. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- _____.Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade: medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional/Irandi Pereira. Maria Luiza Mestrier – São Paulo. IEE/PUC-SP. Febem-SP, 1999.
- MISSE, M. Dizer a violência. Revista Katálysis v. 11, n. 2, P.165. 2008
- NOVAES, A. [et. Al] O olhar. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- _____. Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) de São Carlos /SP – Ilanud. Disponível em : www.promenino.org.br
- OZELLA, S. (organizador) Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____.Os significados, de acordo com o pensamento de Vigotski, são produções históricas e culturais que permitem a comunicação, a socialização das experiências. Se referem tanto aos conteúdos instituídos, compartilhados e apropriados pelos sujeitos, como configurados pela sua subjetividade. (Conceito estudado em aula de Sérgio Ozella no NCA/PUCSP em 2008).
- _____.O Sentido, de acordo com o pensamento de Vigotski, é o confronto entre o significado social e a vivência pessoal (Conceito estudado em aula de Sérgio Ozella no NCA/PUCSP em 2008).
- PASSAMANI, Maria Emília e ROSA, Edinete Maria. Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicol. cienc. prof.*, jun. 2009, vol.29, no.2, p.330-345. ISSN 1414-9893. Disponível em: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo>
- PEDROZA, R. L. S. *Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar*. Rev. Dep. Psicol.,UFF. [online]. 2005, vol. 17, no. 2 , pp. 61-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>
- PEREIRA, E. D. - Adolescência: um jeito de fazer - *Revista da UFG, Vol. 6, No. 1, jun 2004 [online] (www.proec.ufg.br)*

PETITCLERC, J. M. OS VALORES MAIS SIGNIFICATIVOS DO SISTEMA PREVENTIVO - Congresso Salesiano: Sistema Preventivo e Direitos Humanos. Roma/Itália. 2009

_____.Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SEDH, Carmen de Oliveira. Disponível em: www.cedecainter.org.br/portal/news

ROSSETTI-FERREIRA, M. C., AMORIM, K. de S., SILVA, A. P. S., CARVALHO, A. M. A. (Organiz.) Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano. Editora ArtMed. São Paulo, 2004.

SARAIVA, J. B. C. Compêndio de Direito Penal Juvenil – adolescente e ato infracional. Editora Livraria do Advogado. 3ª edição, revista e ampliada. Porto Alegre, 2006.

_____.Sistema Preventivo e Direitos Humanos, Coleção Protagonista, p.14. ano 2009.

SPOSATI, Aldaíza. A menina Loas – um processo de construção da assistência social. Editora Cortez. São Paulo, 2004.

VERONSE, J.R.P., LIMA, F.S. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade [online] 1(1): 29-46, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uniban.br>

VIGOTSKI, L.S. (Lev Semenovich). A construção do pensamento e da linguagem. Editora WMF Martins Fontes. 2ª edição São Paulo, 2009.

VOLPI, M. *O adolescente e o ato infracional*. Editora Cortez. 4ª edição. São Paulo, 1997.

Jornal O Estado de São Paulo (SP), Julia Duailibi – 21/01/2010, texto extraído do site www.promenino.org.br

Dicionário Aurélio - www.dicionariodoaurelio.com

Editora Salesiana - www.editorasalesiana.com.br

Fundação Casa - www.casa.sp.gov.br

Grupo Focal - www.adolesc.br

Núcleo de Atendimento Integrado - www.linkway.com.br/nai

Organização Mundial da Saúde – www.pt.wikipedia.org/wiki/Organiza_Mundial

Prefeitura Municipal de São Carlos - www.saocarlos.sp.gov.br

Salesianos São Carlos - www.salesianossc.org.br

SINASE - www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh

ANEXO

Entrevistas semi-estruturadas

Glaziela C. Solfa - Coordenadora do Programa de Medidas

Padre Agnaldo Soares Lima, ex - Diretor dos Salesianos São Carlos

Pergunta:

Como incidiu o processo de implementação e implantação das medidas socioeducativas no município e qual a proposta pedagógica para o atendimento do adolescente em conflito com a lei?

GLOSSÁRIO

CF – Constituição Federal

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FADISC – Faculdades Integradas de São Carlos

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

Fundação CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Ilanud – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção de Delito e Tratamento do Delinquente

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NAI – Núcleo de Atendimento Integrado

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Riad – Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinqüência Juvenil

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Serviço Único de Assistência Social

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNICEP – Universidade Central Paulista

USP – Universidade de São Paulo

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)